



**Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Sociais - ICS
Departamento de Sociologia - SOL**

**EXÍLIO POLÍTICO DURANTE
A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985):
SOBRE A INTEGRAÇÃO DE EXILADOS NOS
PAÍSES DE ACOLHIMENTO**

**Autora: Larissa Fontenelle
Orientadora: Maria Francisca Pinheiro Coelho**

**Brasília, DF
2014**

LARISSA FONTENELLE

**O EXÍLIO POLÍTICO DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL:
SOBRE A INTEGRAÇÃO DE EXILADOS NOS PAÍSES DE ACOLHIMENTO**

Monografia submetida ao curso de graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francisca Pinheiro Coelho

**Brasília, DF
2014**

CIP – Catalogação Internacional da Publicação*

Fontenelle, Larissa.

O Exílio Político Durante a Ditadura Militar no Brasil:
Sobre a Integração dos Exilados nos Países de
Acolhimento / Larissa Fontenelle. Brasília: UnB, 2014.
93p. : il. ; 29,5 cm.

Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília,
Instituto de Ciências Sociais, Brasília, 2014. Orientação: Maria
Francisca Pinheiro Coelho.

1. Brasil 2. Exílio Político 3. Ditadura Militar. 4. Integração
Social I. Coelho, Maria Francisca. II. Dra.

CDU Classificação



**O EXÍLIO POLÍTICO DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL:
SOBRE A INTEGRAÇÃO DE EXILADOS NOS PAÍSES DE ACOLHIMENTO**

Larissa Fontenelle

Monografia submetida como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais- ICS, da Universidade de Brasília, em (11/07/2014) apresentada e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Profa. (Dra.): Maria Francisca P. Coelho, UnB/SOL
Orientadora

Profa. (Dra.): Lourdes Bandeira, UnB/SOL
Membro Convidada

Brasília, DF
2014

RESUMO

Durante a ditadura militar brasileira, iniciada com o golpe de 1964 e extinta no ano de 1985, muitos brasileiros foram submetidos à condição de exilados políticos. O presente trabalho estuda a experiência do exílio, com a intenção de compreender a integração dos exilados nas sociedades que os acolheram. Buscar-se entender se a vivência do exílio representou um corte profundo em relação às atividades que antes desenvolviam no país, se houve problemas de integração no novo contexto do qual passaram a fazer parte, se ainda estavam fortemente vinculados à terra natal ou se, ao contrário, os exilados foram capazes de criar raízes nos novos ambientes onde passaram a viver. Para tornar essa compreensão possível são examinadas três experiências diferenciadas de desterrados: a de Darcy Ribeiro, um intelectual, a de Márcio Moreira Alves, um político, e a de Maria Auxiliadora Lara Barcellos, uma guerrilheira.

Palavras-chave: Brasil; Exílio Político; Ditadura Militar; Integração Social.

ABSTRACT

During the Brazilian military dictatorship, which began with a coup in 1964 and was abolished in 1985, many Brazilians were subjected to political exile. This paper examines the experience of exile to achieve a better understanding of the integration of exiles in the expat countries and the 'new' societies that welcomed them. The paper explores whether the experience of exile: impelled a profound alteration of the activities developed in their country before exile; if there were problems integrating into the new context and the societies these exiles became a part of; if these exiles remained strongly tied to the homeland or, on the other hand, if they were able to take root in the new environments where they settled. As a basis for this analysis the paper will examine the experiences of three different exiles, studying the life stories of Darcy Ribeiro, an intellectual, Márcio Moreira Alves, a politician, and Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a guerrilla.

Keywords: Political Exile. Military Dictatorship. Social Integration.

SUMÁRIO

RESUMO	I
ABSTRACT	II
1. INTRODUÇÃO	4
2. PROBLEMA	7
3. OBJETIVOS	10
3.1. RESULTADOS ESPERADOS.....	12
4. METODOLOGIA / PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	13
5. CARACTERIZAÇÃO DO PERÍODO E DO EXÍLIO	15
5.1. CARACTERIZAÇÃO DO PERÍODO	15
5.1.1. Sobre o Golpe de 1964:.....	15
5.1.2. Sobre a Ditadura Militar:	17
5.2. CARACTERIZAÇÃO DO EXÍLIO.....	20
6. CONCEITOS	29
6.1. DITADURA.....	29
6.2. EXÍLIO	32
6.2.1. História do Exílio	32
6.3. ESTRANGEIRO	34
6.4. COMUNIDADE, SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO	35
6.5. IDENTIDADE CULTURAL E NACIONAL.....	36
7. TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS: TRÊS EXILADOS POLÍTICOS	38
Neste capítulo será feito um estudo sobre as vidas de três exilados brasileiros por meio de um relato biográfico, com o qual será possível entender as vivências de cada um deles.	38
7.1. DARCY RIBEIRO – Um intelectual.....	38
7.2. MÁRCIO MOREIRA ALVES – Um político	51
7.3. MARIA AUXILIADORA LARA BARCELOS – Uma guerrilheira	61
8. COMPARAÇÃO ENTRE AS TRÊS EXPERIÊNCIAS DE EXÍLIO	75
9. CONCLUSÃO	78
10. REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	86

1. INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho trata do exílio político durante a ditadura militar brasileira, ocorridos em razão da instauração do regime militar no Brasil, no ano de 1964, e que só vieram a ter um fim com a promulgação da Lei da Anistia, no ano de 1979. O objeto de pesquisa consiste em entender como se deu a integração de exilados políticos da época nos mais diversos países dos quais receberam asilo. Para alcançar tal entendimento acerca da experiência do exílio durante o momento histórico em questão, optou-se por selecionar três trajetórias diferenciadas. Dessa forma, a pesquisa se volta às histórias de três brasileiros, um intelectual, um político e uma guerrilheira, exilados durante a ditadura militar.

A intenção ao se estudar os exílios de brasileiros durante este período é a de entender como se deram suas adaptações nos países que os acolheram, percebendo se esses exilados puderam ser assimilados nas novas comunidades nas quais passaram a viver.

Com isso, é estudado o que configura um indivíduo na condição de exilado e como o exílio se deu dentro de uma perspectiva de história individual. Também é necessário entender em que medida o exilado é um estrangeiro e como esse vínculo se distingue de certos tipos de estrangeiros, como o viajante e o migrante.

O estudo é estruturado por três grandes questões que motivaram a pesquisa: a primeira, se o exílio se configurou um brusco rompimento com a realidade anterior a ele; a segunda questão, como se deu a integração social dos exilados políticos nas sociedades que os acolheram; e a terceira, quais teriam sido os motivos, ou as razões, que levaram os exilados a se integrarem ou não à nova realidade.

Entende-se por “sociedade de acolhimento” todo o contexto social dos países nos quais os exilados moraram e mantiveram convivências, após a saída do país de origem.

Também se faz necessária, para o entendimento do tema, uma contextualização através da caracterização do período, para que seja traçado o cenário no qual o exílio político se deu.

São definidos e utilizados no trabalho alguns conceitos que contribuem para o entendimento do tema, inserido no período em questão, tais como: exílio, estrangeiro, comunidade, sentimento de pertencimento, identidade nacional e identidade cultural.

Somente após a construção conceitual proposta serão feitos estudos de três exilados brasileiros: Darcy Ribeiro, Márcio Moreira Alves e Maria Auxiliadora Lara Barcellos. A metodologia escolhida é uma conjugação entre trajetórias individuais e biografias. Através de biografias feitas por terceiros serão recolhidas as informações necessárias para o estudo de cada um dos exilados, e, em alguns casos, serão recolhidos, também das biografias, relatos pessoais das pessoas estudadas. A trajetória individual, enquanto técnica de pesquisa utilizada, visa focar nos caminhos percorridos pelos exilados. Dessa forma, são realizados os estudos de três tipos que podem ser utilizados para caracterizar os tipos de exilados no universo do perfil dos exilados identificados na Ditadura Militar brasileira, como o intelectual, o político e o guerrilheiro.

Por serem estudadas pessoas e experiências muito diferentes, ao final é feita uma comparação entre as três vivências para que seja possível perceber o que houve de único e o que se mostrou constante nestas vivências. Finalmente, é possível compreender as direções apontadas pelo estudo realizado acerca das três questões principais do trabalho, mencionadas anteriormente.

A relevância desse estudo se faz presente na atualidade pelo recente interesse em se resgatar a história brasileira e desvendar os acontecimentos que ocorreram na época da ditadura – interesse este que levou à concretização da Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12.528/2011. Esta Comissão foi instituída em 16 de maio de 2012 e tem o prazo de dois anos para apurar violações de Direitos Humanos durante o período que compreende a ditadura militar.

O tema se insere em um contexto histórico que tomou mais evidência recentemente com a reconstrução dos cinquenta anos passados desde o golpe militar de 1964. Apesar do tema se delimitar em um período com datas definidas, o interesse pelo mesmo não é datado. Trata-se de um assunto de extrema relevância para a compreensão da construção da sociedade brasileira atual, tanto no âmbito político quanto no sociológico.

Por essa razão, jovens que não vivenciaram o momento histórico sentem-se desejosos de debruçar-se sobre o período, lançando questões concernentes a este, como é o caso da autora do trabalho. Com isso, se busca esclarecer o passado, e não apenas deixá-lo esquecido; pois há muito a ser estudado acerca das “lições do exílio”.

2. PROBLEMA

O problema a que este tema concerne é o do exílio, durante o período de ditadura militar no Brasil, procurando compreender como se deu a integração dos exilados nas sociedades que os acolheram. O que se analisou é a relação do exilado com o exílio. Tentou-se entender como esse fenômeno atua sobre a vida, fazendo com que os exilados consigam, ou não, (re)construir suas vidas no novo ambiente nos quais passaram a viver. É necessário perceber se os exilados tendem a acomodar-se no espaço ocupado e a partir daí seguir suas vidas, com novas metas, desafios, e, principalmente, se conseguem construir um vínculo afetivo com a nova terra.

Dessa forma, é investigado se nos países acolhedores os exilados geralmente se engajam politicamente, participam culturalmente do ambiente, têm filhos, aderem hábitos e se adéquam à vida no país que não é o seu de origem. Ou, pelo contrário, se o fato de o exílio tiver sido uma imposição – pelas circunstâncias ou outorgado – as chances de que o vínculo com a terra natal se dissipe e que nasça um vínculo novo e forte com o país acolhedor são diminutas.

O estudo buscou então compreender qual das duas direções representa melhor a experiência dos exilados – integração ou interrupção. Em suma, pretendeu-se observar em que medida um segundo laço cultural e sentimental (uma vez que o primeiro já foi criado em relação ao país de origem) pode ser criado para com a vida num país que lhe foi imposta.

Conforme Roniger (2010), o exílio é uma forma de punir antiquíssima, no qual se bane o indivíduo do convívio social. Essa punição já teria sido utilizada por séculos como política de povoamento e como mecanismo social a fim de expulsar criminosos e marginais. Durante a segunda metade do século XX, os governos autoritários na América Latina teriam firmado o exílio como um mecanismo de exclusão institucionalizada com o intuito de ter controle da esfera pública. Ainda segundo o autor, nessa época, o exílio se tornou um mecanismo regulador dos Estados, passando a existir uma política de pressões e contrapressões referente ao controle dos asilos conferidos aos exilados.

Neste trabalho, buscou-se perceber se o exílio teria sido utilizado também no Brasil, durante a ditadura militar iniciada em 1964, tendo o objetivo de romper

com a presença física da pessoa no país e com suas atividades políticas, sendo preferível à pena de morte e à prisão porque daria menos margem para reações contrárias por parte do povo que as duas outras formas de punição (RONIGER, 2010, p.2). Dessa forma, a gravidade desse mecanismo consistiria na tentativa forçada de declarar uma espécie de morte social e política daqueles que o exílio afasta da convivência.

Pretendeu-se perceber se o exílio, enquanto forma de banimento da vivência na sociedade de origem, seria uma experiência devastadora (no âmbito relacional) e uma pena muito significativa - porque seria capaz de romper com as redes sociais, de comunicação e o destaque na atividade política existente antes do indivíduo ser banido. Com isso, buscou-se averiguar o impacto do exílio político, enquanto categoria de análise, para a sociabilidade do indivíduo.

Após esta averiguação anterior, a intenção foi que se compreendesse a experiência do exílio e os sentimentos provocados por este através do estudo dos três casos selecionados – Darcy Ribeiro, antropólogo, político e educador; Marcos Moreira Alves, deputado federal e Maria Auxiliadora Barcelos, guerrilheira. O intento destes estudos de caso é notar os desdobramentos do desterro e o que sobrevém: o pertencimento ao país expulsor, com as sensações de saudade e incompletude, ou o desligamento desse país de origem, através do rompimento irreversível com o país e do desenvolvimento de raízes no novo lugar habitado.

Através das histórias de vida estudadas pretendeu-se verificar se para os exilados políticos em geral, no período de ditadura, o exílio consistiu em um difícil processo de adaptação e a incorporação plena desses sujeitos às sociedades anfitriãs não se deu de forma completamente flexível. Tentou-se verificar com esta suposição se os países “acolhedores” dos exilados não passariam de países “hospedeiros” – portanto, esses indivíduos, ao se exilarem, não teriam fincado raízes nas novas terras, não teriam construído nem continuado suas vidas encarando o novo país como realidade definitiva. Dessa forma, o exílio teria tido um caráter transitório, estando os exilados desejosos de voltarem ao país de origem.

Apurou-se os motivos pelos quais o exílio teria sido, para essas pessoas, um afastamento penoso. Os possíveis motivos apontados se fundamentariam no

sentimento de pertencimento dos indivíduos exilados em relação ao seu país de origem. A baixa adaptação dos indivíduos nas sociedades acolhedoras teria como motivos a identidade cultural (íntima afinidade das práticas sociais e culturais atribuídas ao país original e o estranhamento das práticas do novo contexto social) e a identidade nacional (advinda de uma construção social e fomentada pela tradição, memória, ideia de povo).

Esse sentimento de pertencimento, bem como as identidades nacional e cultural do indivíduo, teria gerado no exilado uma falta, uma carência de tudo aquilo que pertencia ao país de origem. Essa falta provocaria saudade e, por consequência, dificultaria a assimilação desses indivíduos nas sociedades em que passaram a viver.

O entendimento aqui é o de que o pertencimento significa participar, o ser incluído. Por isso, se oporia diretamente com o exílio, que é o banimento, o ser excluído. A identidade nacional e a cultural também seriam conflitantes com a condição do exílio por causarem estranhamento aos indivíduos entre as experiências e práticas da comunidade de origem com aquelas que fazem parte do novo ambiente em que passaram a viver.

É possível ir além e pensar como esses exilados políticos teriam criado vínculos fortes com seus conterrâneos que se encontravam na mesma situação de desterro; propiciando uma “rede relacional de exilados” mantida por laços de solidariedade.

3. OBJETIVOS

É sabido que cada pessoa reage de forma particular a um mesmo fenômeno, mesmo quando as condições e circunstâncias que levaram a esse fenômeno tenham sido similares. A intenção da pesquisa não é desconsiderar idiossincrasias ou reações particulares, mas sim compreender como ocorreu a integração dos exilados políticos estudados, a partir de uma situação em comum e considerando suas particularidades, para entender o exílio político enquanto categoria.

As três pessoas foram escolhidas por diferirem entre si. A vantagem de estudar casos muito distintos é conseguir uma maior amplitude de variedade de experiências.

Darcy Ribeiro, antropólogo e educador, ocupava o cargo de Chefe da Casa Civil do governo de João Goulart quando ocorreu o golpe de 1964. Como várias pessoas envolvidas com o governo deposto, Darcy se viu obrigado a sair do Brasil logo após o golpe para evitar perseguições, prisão e outras represálias.

Márcio Moreira Alves era deputado federal, eleito pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1968 proferiu um discurso que convocava o país a um boicote às paradas militares de celebração da Semana da Pátria. Em decorrência desse discurso e de sua repercussão, o presidente General Costa e Silva editou o Ato Institucional número 5 (AI-5), em dezembro de 1968, o mais severo de todos. Com isso, foi decretado o recesso do Congresso Nacional. Em consequência do AI-5, o deputado teve então o seu mandato cassado. Prestes a ser julgado por um Estado sob um comando autoritário e sem as garantias constitucionais anteriores, pois até mesmo o *habeas corpus* havia sido extinto, Márcio se viu compelido a deixar o Brasil no mesmo ano. Temia graves consequências caso permanecesse aqui, uma vez que já estava “sob a mira” dos militares.

Já Maria Auxiliadora Barcellos foi estudante de Medicina até se engajar politicamente no movimento estudantil. Em 1969 entrou para a clandestinidade ao participar da organização VAR-Palmares. No fim do mesmo ano, foi presa no Rio de Janeiro, tendo sido duramente torturada na prisão. Em 1971 foi liberada da prisão e enviada ao Chile, juntamente com outros 69 presos, em troca da

soltura do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pela VPR, outra organização armada.

Com este breve relato é possível notar três distinções básicas entre os casos estudados. A primeira delas é que os três exilados mantinham atividades diversas na sociedade e tinham engajamentos políticos diferentes. A segunda distinção é que os exílios estudados se deram em anos diferentes (1964, 1968 e 1971) e, portanto, em situações políticas não iguais – o que não difere nos três casos é que os exílios se deram durante o contexto de ditadura militar.

Afora as observações feitas, a terceira e última distinção é que os exílios estudados podem ser categorizados em três tipos: o de Darcy Ribeiro pode ser considerado um “autoexílio”; o de Márcio Moreira Alves como “exílio em decorrência da cassação de mandato” e o exílio de Maria Auxiliadora pode ser entendido como um “banimento”. Esclarecido aqui que cada uma das pessoas estudadas vivenciou um tipo de exílio diferente, então a conceituação dos tipos de exílio foi mais aprofundada posteriormente no trabalho.

As três diferenciações feitas são as razões pelas quais se escolheu as três personalidades a serem estudadas conjuntamente. A pesquisa não se atém ao caso de um país anfitrião específico por buscar verificar justamente como se deram as consequências do exílio enquanto fenômeno generalizado, ou seja, não observando apenas em um contexto particular. A indefinição geográfica na análise da vivência das personalidades estudadas tem o intuito de que seja possível notar se os exilados conseguiram, ou não, estar plenamente incorporados em todos os novos e diferentes contextos sociais e culturais nos quais foram parar.

Caso se confirme na pesquisa que o exílio causou uma ruptura brusca com o país de origem e que os exilados buscaram recompor a ligação cortada, mesmo que exigindo diferentes condições políticas para que isso acontecesse; então, buscou-se entender se tal situação ocorre pelo peso do sentimento de pertença e pelas identidades cultural e nacional.

Como foi mencionado, a investigação visa compreender melhor o momento histórico ditatorial no Brasil e suas consequências em trajetórias de grupos e pessoas. Apenas com a compreensão dos fatos históricos é possível

captar a essência de fatos atuais. Como coloca Barreneche-Corrales (2008, p.2), “as histórias de vida, mais que o passado, ajudam a pensar o futuro”. Consiste aí o valor dos estudos dessas três vidas, podendo permitir, essa pesquisa, uma melhor compreensão histórica e sociológica do Brasil.

3.1. RESULTADOS ESPERADOS

Esperou-se com esse trabalho contribuir para um aumento de conhecimento sobre um momento histórico de grande importância para o Brasil, que compreende o interregno de 1964 até 1985, no qual perdurou a ditadura militar brasileira. É esperado também aumentar o estoque de conhecimento acerca do funcionamento do exílio político neste momento histórico e a consequente adaptação (ou falta desta) dos exilados em diferentes países de acolhimento.

É evidente que, com o estudo proposto de três vidas, não se pode generalizar e afirmar que todos os casos de exílio teriam se dado de uma maneira definida e única. Contudo, o que se pretende é encontrar traços gerais que definam o exílio, enquanto fenômeno difundido, e que esclareçam os desdobramentos deste.

Em suma, o que se espera deste estudo é entender mais sobre as consequências sociais de ser exilado. Ou seja, se aqueles que são retirados de seus habitats por uma imposição (à força ou circunstancialmente) conseguem se desvincular de seus passados, suas histórias, pessoas, espaços e hábitos, e então criar raízes em uma nova cultura.

Distante das pessoas com quem convivia, consegue o exilado político passar a conviver com novas pessoas e criar laços afetivos tão fortes quanto os anteriores? Consegue o exilado se fincar tão firmemente ao novo solo a ponto de esquecer sua terra de origem ou estará ele sempre desejoso de voltar e reatar os laços anteriores? Que espécie de estrangeiro seria o exilado político, que tanto se distancia de outros tipos de estrangeiros como o viajante ou do migrante econômico? São essas perguntas que norteiam o estudo proposto, que será realizado por meio da análise da experiência das três pessoas mencionadas.

4. METODOLOGIA / PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Em um primeiro momento, o trabalho se baseou em uma pesquisa bibliográfica que coletou informações históricas relevantes para a construção do tema, uma revisão acerca da literatura sociológica sobre conceitos utilizados, além do colhimento de relatos de exilados e depoimentos de personalidades famosas que foram exiladas durante o período de ditadura que ajudem na compreensão do momento histórico.

A montagem do contexto histórico não tem como pretensão fornecer informações pormenorizadas sobre o período em questão, mesmo que essas informações sejam de grande relevância para o período, pois o trabalho não será fundamentalmente historiográfico. O relato histórico fornecido não é o foco do trabalho, apenas auxiliará na compreensão do contexto e da vivência dos três indivíduos estudados.

Posteriormente, a pesquisa será voltada para a coleta de informações das três trajetórias dos exilados escolhidos: Darcy Ribeiro, Márcio Moreira Alves e Maria Auxiliadora Lara Barcelos. Com a coleta de informações sobre os três exilados, tentou-se um aprofundamento sobre o que foi a experiência do exílio para cada um deles – em quais países viveram, o que fizeram durante o exílio, quais vontades manifestavam, como enxergavam suas vivências nos países de acolhimento, e outros aspectos que enriqueçam a compreensão daquelas experiências. Só então poderão ser respondidas as questões formuladas neste trabalho.

O método utilizado se aproxima tanto de um relato biográfico. A partir dos relatos de vidas propostos, voltou-se especialmente para as questões relacionadas ao tema: exílio político. Portanto, as vidas dessas pessoas foram estudadas e expostas com o intuito de tornar compreensíveis os desdobramentos do exílio para cada indivíduo. Ou seja, técnica de pesquisa empregada, trajetória individual, tem como intenção desenhar três “personagens” que exemplifiquem tipos diferentes de exílio, reações particulares e desdobramentos específicos gerados pelo exílio.

O ponto central do trabalho é o tema “exílio político”. Assim, o foco do estudo não será a narrativa das três vidas por si só - o tema deve ter

preponderância nessas narrativas. Não é proposto ater-se aos menores detalhes da vida das três pessoas, mas apenas ao que é pertinente à compreensão da experiência do exílio; de forma que não se pretende propriamente apresentar três biografias ou histórias de vida.

O propósito de se fazer um relato das vidas de Darcy Ribeiro, Márcio Moreira Alves e Maria Auxiliadora é exemplificar o exílio político, fornecendo casos concretos ao estudo e experiências reais do que o exílio político pode representar. É com a intenção de auxiliar numa demonstração de diferentes formas do exílio político que foram escolhidas essas três pessoas.

O método escolhido contribui para o exame de como se deu a integração dos exilados políticos nas sociedades acolhedoras, bem como o porquê se deu dessa forma, e não de outra.

5. CARACTERIZAÇÃO DO PERÍODO E DO EXÍLIO

5.1. CARACTERIZAÇÃO DO PERÍODO

Para que seja possível situar no tempo o problema levantado, é preciso fazer um breve relato histórico, com foco nos exílios políticos que aconteceram entre 1964 e 1979. Trata-se de um período complexo, por isso não será possível aprofundar em muitos fatos importantes, e outros nem mesmo serão relatados. Contudo, a intenção é apenas dar uma visão geral do contexto temporal.

5.1.1. Sobre o Golpe de 1964:

A partir do fim da II Guerra Mundial, o mundo se viu dividido ideologicamente em dois grandes grupos: Estados capitalistas e socialistas. A cisão mundial, encabeçada pelos Estados Unidos da América e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi intitulada “Guerra Fria”. Esse contexto global é de suma importância para entender o que se passou no Brasil na década de 1960. Após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, João Goulart, vice-presidente à época, assumiu a presidência da república, de forma conturbada.

João Goulart, apelidado Jango, era visto com desconfiança pelo Congresso Nacional e durante seu governo obteve pouco apoio político. Sua fama de comunista, por defender políticas consideradas esquerdistas, como a reforma agrária e o salário mínimo, e por ter como base aliada os trabalhadores e organizações populares, geravam receio nas classes conservadoras, como a Igreja, a classe média e os militares.

As forças armadas há muito manifestavam pretensão de participação política e se viam de alguma forma “responsáveis” e aptos a participarem e influírem na política brasileira. Como atestado em “*Orvil: tentativas de tomada de poder*” (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 25), livro que apresenta uma releitura do período histórico feita pelos militares, na qual o golpe militar teria se dado em “defesa” de uma ameaça comunista concreta: “As tentativas de tomada do poder pelos comunistas em nosso país permanecem vivas na memória das Forças Armadas, que a elas se opuseram, em consonância com a vontade nacional”.

Somada à postura dos militares de participação política, o Brasil também contava com a tradição política de golpes, registrados na história brasileira. O

que é certo afirmar sobre o golpe de 1964 é que ocorreu por conflitos entre forças ideológicas, nas quais se opunham os militares e os esquerdistas.

A pretensão latente por parte do exército brasileiro veio à tona no ano de 1964. Divididos entre legalistas e golpistas, os militares chegaram à conclusão geral de que teriam a capacidade de realizar um golpe que deporiam o presidente eleito constitucionalmente. Isso só foi possível uma vez que os militares contavam com apoio da sociedade civil, da Igreja, de banqueiros e da mídia; instituições fortes, receosas da postura reformista de Jango e temerosas com os rumores de que poderia ocorrer um golpe de esquerda no Brasil.

Atualmente entende-se que houve no Brasil um golpe civil-militar, tendo autores que ainda propõem o termo “golpe midiático-civil-militar” (SILVA, 2014). Contudo, não se fala em “ditadura civil-militar” – o golpe contou com o apoio da sociedade civil, mas a ditadura foi exclusivamente militar.

Polêmicas inconclusivas giram em torno do golpe de 1964. Uma delas se refere ao possível apoio norte-americano ao golpe. Relatos de historiadores e depoimentos de pessoas envolvidas são diversos e apontam direções muito diferentes: há quem diga que os americanos não tiveram participação alguma no golpe realizado pelos militares brasileiros; outros colocam que os Estados Unidos apenas interviriam caso houvesse uma guerra civil ou se enxergassem uma “ameaça” concreta de um golpe de esquerda no país; outros ainda afirmam que havia tropas americanas preparadas para intervir no golpe, caso ele se mostrasse mais dificultoso do que fora; e há quem diga que o golpe foi apoiado, quiçá arquitetado, pelos norte-americanos no contexto da Guerra Fria.

O que de fato ocorreu foi que tropas de Minas Gerais e São Paulo saíram em direção ao Rio de Janeiro e os comandantes do Exército aderiram ao golpe, realizado em 31 de março de 1964. Tendo essa situação sido posta, Jango optou por não resistir, e, dessa forma, evitou confrontos armados e derramamento de sangue. A forma atípica como o golpe foi dado, sem embate e resistência, gera discussões sobre a figura de Jango e sua postura política.

O cenário de instabilidade política fez com que diversas personalidades envolvidas politicamente na época tivessem de sair do país – os chamados

“exilados de 1964” – entre eles Jango, Darcy Ribeiro e Juscelino Kubitschek, para citar alguns exemplos.

A sociedade, que em grande parte apoiou a tomada de poder dos militares, guiada ideologicamente pela “ameaça do comunismo”, acreditava que o golpe acarretaria em uma situação transitória, que seria empurrada até eleições que deveriam acontecer em 1965 - mas não aconteceram. O regime militar não foi transitório: depôs um presidente eleito pela sociedade e instaurou uma ditadura que perdurou por vinte e um anos.

5.1.2. Sobre a Ditadura Militar:

Ao longo desse período alternaram-se militares no posto de chefes de governo. O primeiro deles, o General Humberto de Alencar Castello Branco, foi “eleito” pelo Congresso Nacional - se é que é possível definir o ocorrido como eleição, tendo em vista o contexto repressivo em que se passou – depois de declarada a vacância da Presidência da República; e permaneceu no posto até o ano de 1967, quando morreu num acidente de avião, abalroado por um caça da Força Aérea Brasileira. Uma junta armada tomou o governo provisoriamente.

Em seguida, assumiu o General Artur da Costa e Silva, se mantendo no poder até 1969. Nesse período a forma de governo ditatorial já “mostrava a sua cara” e as forças repressivas se intensificaram. Mais precisamente no ano de 1968, houve a “Marcha dos Cem Mil”, um dos protestos mais marcantes contra a ditadura, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE); e o Ato Institucional nº5 (AI-5) foi baixado em dezembro do mesmo ano.

Atos institucionais são medidas com força de lei que são impostas sem a consulta dos poderes legislativo e judiciário, tampouco da população. O AI-5 foi a mais dura norma ditatorial do período, suspendendo o *habeas corpus*, proibindo manifestações e atividades políticas (principalmente as promovidas por estudantes e sindicatos), autorizando o Presidente da República a decretar recesso ao Congresso Nacional, a cassar mandatos eletivos e suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos. Por isso, esse ato institucional é denominado o “golpe dentro do golpe”; pois varreu qualquer dúvida de que se vivia uma ditadura no país. Foram desprezadas garantias fundamentais e

reforçados os aparelhos repressivos do Estado para combater quaisquer oposições ao governo.

Durante o afastamento do General Costa e Silva por motivos de saúde – e sua morte logo em seguida – uma Junta Militar tomou posse, formada pelos ministros da Aeronáutica, Marinha e do Exército. A junta ficou apenas três meses no poder, mas deu continuidade aos “anos de chumbo” iniciados durante o governo de Costa e Silva. Foram baixados atos institucionais e a Lei de Segurança Nacional, que previam a punição com pena de banimento aos cidadãos considerados como ameaça à segurança nacional, e prisão perpétua ou pena de morte para envolvidos em guerras “revolucionárias e subversivas”.

O General Emílio Garrastazu Médici se tornou presidente no fim do ano de 1969, substituindo a Junta Militar. Seu governo durou até 1974 e foi o mais repressivo da época. A censura foi intensificada, bem como as práticas de tortura e coibição da luta armada. Neste período os números de exilados brasileiros atingiram seu ápice.

O governo de Médici foi marcado por práticas abusivas por parte dos agentes do Estado; entre elas houve censura, tortura e diversas mortes (que aconteciam nos porões dos órgãos de segurança, além de “suicídios” forjados e pessoas que meramente “desapareceram”). No ano de 1964 houve dezenove mortes e dois desaparecimentos; já em 1974, teria havido cinquenta e duas mortes e outros cinquenta e dois desaparecimentos (GASPARI, 2003b). Apesar dos números serem imprecisos, é possível notar a dimensão da gravidade das práticas cometidas pelo Estado.

Muitas vezes as experiências de tortura, prisão e censura vieram a se interligar com a experiência do exílio; pois muitos dos exilados foram anteriormente torturados, presos ou censurados. Esses são fatores traumáticos que indubitavelmente afetaram a forma de encarar o exílio.

A partir do ano de 1974, com o governo do General Ernesto Geisel, iniciou-se um processo de retorno à democracia como resposta à insatisfação popular - um projeto lento por parte dos militares e que só veio a se concretizar realmente dez anos depois. Durante seu governo deu-se andamento a uma abertura política, não total, pois a política ainda era controlada pelos militares, e

ainda havia muitos deles adeptos à “linha dura”. Neste período, os Atos Institucionais contrários à Constituição foram revogados.

O último presidente do regime militar no Brasil foi o General João Figueiredo, durante o período que vai de 1979 até 1985. No primeiro ano de seu governo, é promulgada a Lei da Anistia, muito por influência das entidades de anistia, dos exilados e presos políticos - “[...] Na luta pela anistia, a iniciativa política está com a sociedade civil organizada, não com o Estado ou com a institucionalidade” (SANTOS et al. p. 525).

A Lei da Anistia sempre fora controversa e recentemente vem causando debates. A instalação da Comissão Nacional da Verdade serviu como resposta a exigências internacionais, especialmente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que condenou a Lei da Anistia como violadora dos direitos humanos.

Com as recentes investigações realizadas pela Comissão e por esta ter trazido à tona novamente as violências e crimes cometidos durante o período ditatorial no Brasil, muitos vêm defendendo a revogação da Lei da Anistia. Contudo, juristas afirmam que a lei permitiu que fosse “colocada uma pedra” sobre as atrocidades cometidas durante o período, perdendo tanto os agentes do Estado quanto os opositores do regime.

Diferentemente do que é colocado pelos juristas, outros estudiosos afirmam que a construção da democracia precisa passar por políticas de memória, para que a sociedade interprete e se aproprie de seu passado, numa tentativa progressiva de moldar seu futuro (SANTOS et al, 2009). Para tais estudiosos, esse tipo de “reconciliação”, marcada por uma indisposição em encarar o passado e optando-se por um esquecimento, leva à desconsideração dos direitos humanos.

No entanto, esse é um debate extremamente atual, baseado em opiniões muito divergentes.

Encerrando o revezamento de militares no poder, ocorreram eleições presidenciais indiretas em 1985, realizadas por um Colégio Eleitoral; até que, em 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal Brasileira, finalmente concluindo o período ditatorial e garantindo a redemocratização no país.

5.2. CARACTERIZAÇÃO DO EXÍLIO

Define-se como “exílio” a situação de estar afastado do país, tendo sido esse afastamento uma imposição – situacional ou mandatória. É determinante a condição de ser impedido de voltar na configuração da situação de exílio. Na análise do período em questão, a ditadura militar iniciada em 1964 no Brasil, há o predomínio do exílio político; ou seja, devido à conjuntura política ou ao grupo político dominante, pessoas foram obrigadas a sair do país e a se manterem afastadas por tempo indefinido.

Segundo Rollemberg (1999b, p.25) “O exílio tem, na história, a função de afastar/excluir/eliminar grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao status quo, lutam para alterá-lo. O exilado é motivado pelas questões do país, envolve-se em conflitos sociais e políticos, diz não a uma realidade”. Ao dizer não a sua realidade, a pessoa que vem a ser exilada recebe um não da mesma. Por isso, ao ter sua pretensão de mudança da realidade frustrada, é castigada com o distanciamento. O exílio, então, já nasce como uma experiência frustrante, que é agravada por ser uma imposição.

Entende-se o exílio político como uma situação-limite, uma vez que a situação do exilado está constantemente na iminência de ser uma outra: seja de anistiado ou de membro de uma nova sociedade. Melhor dizendo, o exilado é negado no país de origem, no entanto, é um estrangeiro no país que o acolhe. Não se torna um nativo no país acolhedor enquanto vive a expectativa de voltar a ser nativo no país de origem, mas, ao mesmo tempo, não pode voltar ao país natal. Portanto, não se adéqua integralmente em nenhum dos dois ambientes. Essa ambiguidade, ou indefinição, caracterizam uma situação-limite: um estar “em cima do muro”, na iminência de se tornar pertencente a um dos dois contextos diferentes.

Como o cerne do trabalho é a integração de exilados em novos ambientes, é preciso compreender como o exílio é vivido e sentido por essas pessoas. Para Rollemberg (1999b), ao ser exilado o indivíduo encara a condição de distanciamento da sua realidade como algo transitório e provisório; como uma situação que caminha para se transformar em outra, e não uma condição permanente. Segundo a autora, “A provisoriedade se somará ao caráter descontínuo do tempo. É mais suportável imaginar o exílio num tempo

passageiro, acreditar que o retorno será breve. Será a “vida entre parênteses”, fora da “verdadeira vida”, no país de origem. O estrangeiro vive neste espaço de transição. A transitoriedade, marca do momento inicial do exílio, dificultará a adaptação e a organização da vida: trabalho, moradia, relações sociais e afetivas, tudo terá contornos imprecisos e frágeis” (ROLLEMBERG, 1999b, p.29). Essa percepção do exilado para com a sua condição foi, em muitos casos, errônea, pois para muitos o exílio perdurou vários anos.

Sentimentos diversos envolvem a experiência do exílio. Frustração, afastamento, impossibilidade de agir no antigo campo de atuação são alguns deles. O exilado político é aquele que é retirado, jogado para fora do país justamente no seu momento de entrega e dedicação ao mesmo. Por outro lado, persiste também o sentimento de resistência, a possibilidade de, mesmo que distante, dar continuidade à sua luta e a satisfação de estar vivo e solto, tendo em vista que muitos conhecidos estariam em situações mais gravosas. Portanto, a percepção do exílio pode envolver sentimentos ambíguos: ao passo que o exílio pode ser uma experiência sofrida (devido à saudade, falta do que deixou para trás e ausência), ele também pode se mostrar uma vivência positivamente única, pois abre novos horizontes, possibilita aprendizados e novos conhecimentos.

É preciso levar em consideração que o exílio possibilita conhecimentos únicos, que fatalmente não seriam possíveis de serem experimentados caso o indivíduo não tivesse sido exilado. Além de criar um ambiente propício para a reflexão de ideais e opiniões, onde se decide continuar com certas atividades políticas ou repensá-las e mudá-las, numa postura autocrítica. É possível também no exílio conhecer pessoas diferentes e vindas de diversos cantos do país e do mundo, e criar uma rede relacional. Surge solidariedade entre os exilados. Por viverem experiências “fora do padrão”, os exilados muitas vezes se apegam uns aos outros como forma de criar estabilidade em suas vidas.

Mesmo levando em conta todas as particularidades positivas do exílio, não é possível diminuir as marcas que este deixa. O exílio gera uma situação de estranhamento com a cultura, a língua, as pessoas, a forma de agir e com padrões. São marcas do exílio a saudade, dor, desestruturação emocional, solidão, desestabilização e lembrança de traumas anteriores. A mistura desses

aspectos negativos, se muito profundos, pode levar até mesmo à morte – como os casos de Maria Auxiliadora Lara Barcelos e Frei Tito, que se suicidaram durante seus exílios.

Se aproximando do que é posto por Goffman, em “Representações do Eu na vida cotidiana”, a construção do indivíduo se dá numa realidade social, através da construção de papéis (GOFFMAN, 2011, p.9). Portanto, os indivíduos que são retirados de seus cenários têm suas atuações rompidas, como acontece com os exilados. Rompe-se com os papéis de pais, vizinhos, profissionais e todos os outros que se davam no contexto anterior ao exílio. Mudam-se os cenários, os atores e, conseqüentemente, o próprio personagem. Aí consiste a gravidade do exílio: ele rompe com as representações e referências; logo, rompe também com a imagem que o exilado fazia de si próprio, acarretando numa crise de identidade.

O indivíduo que é exilado vive como estrangeiro no “exterior” – ou seja, fora da sua terra. O exilado é o estrangeiro por imposição. Conforme Simmel (1983, p.182), estrangeiro é aquele que entra em um grupo espacial, mas que sua posição dentro dele será determinada pelo fato de não ser originário àquele grupo e por carregar “qualidades” (entende-se, características, hábitos, feitio) que não nasceram lá. Segundo o autor, a relação do estrangeiro na sociedade em que vive sugere uma forma específica de interação. Assim, o estrangeiro que se sente próximo (proximidade no sentido de afinidade e identificação) de seu país de origem, na verdade está distante dele (no sentido espacial); e sua condição de estrangeiro dentro da sociedade aponta que ele está distante dela (por afinidade e identificação), mas está próximo (no âmbito espacial, e conseqüentemente criando relações dentro dessa sociedade).

O exilado enquanto estrangeiro vive uma situação ambígua e específica. O fato de viver em um lugar que não o seu de origem, já que lhe foi imposto não mais viver na sua terra; em seguida, pertencer, mas não pertencer à nova sociedade em que passou a viver; e, finalmente, a possibilidade ou ao menos a esperança de voltar a viver na sua terra natal, são aspectos determinantes sobre a condição de exilado. Por isso, entender melhor quais são as reações e as possibilidades dos exilados diante desses aspectos, principalmente dos dois últimos (pertencer à sociedade e a expectativa de voltar), é de suma importância

para compreender a experiência do exílio como um todo – e é justamente aí que vai consistir a integração ou não integração do exilado.

O exilado se diferencia da condição de “viajante”, pois este sai de seu território por vontade de desbravar, conhecer novos lugares, muitas vezes a lazer, sem uma situação que o tenha empurrado para fora, e, principalmente, não está impedido de voltar à sua terra. Existe uma linha tênue que distingue também o exilado do “migrante”. Conceitualmente, o migrante parte por razões econômicas, pressionado pela pobreza, miséria, desemprego; ou seja, o migrante deixa seu país por iniciativa própria (não por banimento expresso, como muitas vezes acontece com o exilado), mas sua decisão está embasada pelas más condições de sua permanência no país. Segundo Rollemberg (1999b, p.43), geralmente processos migratórios decorrem da busca por melhores condições materiais, e o migrante é o trabalhador que vai buscar ascensão econômica. A diferença essencial do migrante para o exilado é que o primeiro é legalmente apto a voltar ao seu país – mesmo que seja impossibilitado por razões financeiras, o migrante pode voltar de vez ou temporariamente à sua terra.

Apesar de ser conceitualmente claro definir as diferenças do exilado para o viajante ou o migrante, são mais difíceis traçar as diferenças entre o mesmo e o refugiado. Segundo o 1º parágrafo da Convenção de Genebra (1967), adotado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), refugiado é a pessoa que “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país”. Essa definição é criticada por dificilmente ser possível provar a existência dos temores que motivam a pessoa; fazendo com que muitos indivíduos tenham recusada a condição de refugiado. Diversos exilados solicitam o estatuto de refugiados, por terem saído do país por motivos de opiniões políticas; contudo, segundo Rollemberg (1999a, p.39) esse estatuto lhes aproximou da condição de migrante econômico e lhes apagou a característica específica de ser político.

A solicitação do estatuto de refugiado é apenas um dos problemas burocráticos experienciados na vivência do exílio em decorrência do golpe militar. A batalha para conseguir reunir as documentações necessárias que

permitissem ter acesso à saúde, trabalho, moradia, e ao próprio direito de ir e vir dificultava o estabelecimento dos exilados. E tudo se tornava ainda mais problemático diante da postura do governo brasileiro de negar passaportes aos exilados. Com isso, a própria permanência dos exilados nos países acolhedores se tornava instável.

Durante o período estudado, foram atingidas pelo exílio, primordialmente, pessoas engajadas politicamente, tais quais: estudantes ligados aos movimentos estudantis, intelectuais, políticos, artistas, e de forma geral, pessoas que manifestaram-se contrárias ao regime estabelecido; tendo sido perseguidos preferencialmente aqueles que mantinham ligações com organizações de esquerda.

Não há números precisos que quantifiquem os exilados brasileiros durante esse período. Estima-se um número por volta de dez mil a quinze mil exilados; contudo, como Rollemberg (1999b, p.52) aponta, o próprio conceito de exilado era mal definido há época, podendo complicar a contabilização dessas pessoas. Por exemplo, num conceito amplo de exilados haveria os banidos, outros impedidos de voltar – podendo ser incluído nesse último: pessoas que foram indiretamente exiladas, pois saíram do país para acompanhar o cônjuge ou companheiro, ou ainda aqueles que conheceram exilados fora do território brasileiro e por sustentar relações com estes foram impedidos de regressar ao país. Entende-se então que é difícil precisar quais foram as pessoas consideradas exiladas, de fato.

Segundo Machado (1979, p.97), no começo do ano de 1969, havia setenta refugiados brasileiros em Santiago, no Chile; enquanto no fim do mesmo ano já havia duzentos e oitenta deles. Em meados de 1970 eram mais de seiscentos refugiados; até que no ano de 1973, quando ocorreu o golpe chileno, a colônia de brasileiros já formava cerca de quatro mil pessoas.

Sobre o exílio nesse contexto histórico, é preciso ter em vista que houve duas grandes levas principais de exilados, que Rollemberg (1999b, p.49) vai chamar de “gerações”. Segundo a autora, a primeira geração de exilados teria se dado em 1964, logo após o golpe, sendo formada basicamente por pessoas relacionadas ao governo anterior ou contrárias ao estabelecimento dos militares no poder. A função do exílio era então afastar pessoas que não permitissem a

criação da nova configuração política. Os exilados se dispersaram por vários países, como Chile, México, Bolívia, Argélia, França; mas a “capital do exílio” para essa geração foi Montevidéu, no Uruguai. As ideias desses exilados eram baseadas na defesa do que havia sido estabelecido anteriormente ao golpe, principalmente, a defesa do que era constitucionalmente estabelecido; contudo, defendiam também grandes reformas. O exílio teria sido entendido por essas pessoas como um desdobramento do golpe, e seria um intervalo enquanto as elites políticas se rearranjavam. No entanto, após dois anos de exílio ficou nítido que a democracia não seria reestabelecida tão cedo e o exílio não seria breve. Já a segunda geração do exílio brasileiro, sendo a autora, teria acontecido em 1968, com a força repressiva do AI-5, tendo sido formada majoritariamente por estudantes militantes, integrantes das organizações revolucionárias, guerrilheiros que participaram da luta armada. Nota-se que, no geral, enquanto a primeira geração era reformista, a segunda era revolucionária. Devido a essa diferença de ideais, Rollemberg (1999b, p.51) afirma que não foi possível o diálogo entre as duas gerações. O principal destino dos exilados da segunda geração foi Santiago, no Chile; mas depois do golpe contra Salvador Allende, os brasileiros se dispersaram pelo mundo, e Paris se tornou a “capital do exílio” brasileiro.

Propõe-se neste trabalho categorizar o exílio em três tipos principais: banimento, “autoexílio” e por cassação da polícia política. O banimento é o exemplo mais claro de exílio. É aquele no qual a saída do exilado é terminantemente imposta e, uma vez afastado do país, sua volta não é aceita. É o caso de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, que fora solta da prisão, colocada em um avião juntamente com outros sessenta e nove prisioneiros, em troca da libertação do embaixador suíço sequestrado, Giovanni Enrico Bucher. Outros casos similares de soltura de presos em troca de outros embaixadores sequestrados – por exemplo, o embaixador americano Charles Burke Elbrick, que teve a história contada por Gabeira, em “O que é isso companheiro” - exemplificam como muitas pessoas se tornaram banidas do país.

Já o “autoexílio” não tem definição firme como o banimento por ser determinado por aspectos subjetivos. A denominação “autoexílio” sugere que o exílio foi levado a cabo por iniciativa pessoal; contudo, é de suma importância

considerar que para que um indivíduo tome tal tipo de decisão, é necessário que haja uma situação ou contexto que torne a sua permanência insustentável. Em outras palavras, alguém se “autoexila” somente por temer permanecer em sua terra, podendo esse temor se referir ao risco de morte, prisão, tortura, perseguição. Como não há uma imposição explícita, o que determina o exílio “decidido” pelo próprio indivíduo são aspectos subjetivos, como temor, medo, vulnerabilidade. Exemplo de “autoexílio” foi o vivido por Darcy Ribeiro em 1964, logo após o golpe. Pela nova conjuntura política, o então chefe da Casa Civil sentiu-se obrigado a se afastar do cenário político saindo do Brasil. Outro exemplo é o caso de João Goulart, que, assim como Darcy, escapou para o Uruguai em razão do golpe militar.

O último tipo de exílio a definir é o que ocorre por motivo das cassações realizadas pela polícia política da ditadura. Nesse tipo de exílio, o indivíduo se vê atingido por restrições na sua atuação política. A ditadura militar, na tentativa de controlar e reprimir quaisquer formas de oposição ao regime cassou direitos políticos e mandatos de diversas pessoas. A primeira tentativa de cassação de mandato atingiu o deputado federal, Márcio Moreira Alves, após proferir discurso na Câmara dos Deputados contra o militarismo. Foi votada na Câmara a licença para processar o deputado; todavia, por estar investido de imunidade parlamentar, a votação levou à negação da licença. Aponta-se que como resultado do caso, foi baixado o Ato Institucional nº5, que deu poderes ao presidente para cassar mandatos eletivos e suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão. Logo em seguida, uma lista de cassações foi apresentada, e o nome de Márcio Moreira Alves lá constava. Num contexto em que muitos políticos estavam sendo presos e por temer a própria vida, o deputado se viu compelido a deixar o país e se exilou no Chile. Outro exemplo em que a cassação de mandato desencadeou o exílio foi o de Juscelino Kubitschek, que perdeu o mandato de senador e se exilou. Em ambos os casos citados por último a cassação foi o que levou ao “autoexílio” – ou seja, o tipo de exílio determinado pela cassação levou a outro tipo de exílio, o “autoexílio”.

O exílio referente ao período em questão pode ser dividido em três fases, conforme propõe Rollemberg (1999b, p.53). A primeira fase marcaria o início do exílio. É difícil compreender quando o exílio de fato se inicia, pois a chegada ao

país de acolhimento não implica necessariamente o entendimento individual de que o fenômeno que se inicia seja o exílio. Como explicitado no depoimento de Vera Sílvia Magalhães (1994), citado por Rollemberg (1999b, p.53): “Não pensei em me inserir em nenhum país, até o golpe de 1973. [...] Depois do Chile foi uma espécie de diáspora. Até então o exílio era uma coisa transitória. Nem era um exílio, embora fosse de fato”.

Segundo a autora, para os brasileiros exilados no Chile houve um “exílio dentro do exílio”, pois com o golpe de Pinochet muitos exilados se viram obrigados a procurar novos asilos, dispersando-se entre vários países. Ou seja, no caso chileno, muitos exilados encaravam a experiência de ser exilado como uma viagem forçada e temporária onde poderiam reforçar a luta política – e o fato de encararem o exílio de tal maneira fazia com que os exilados não se percebessem como exilados até sofrerem o golpe chileno e precisarem se mudar para outros lugares. Mesmo querendo permanecer, a maioria teve que deixar a América Latina devido ao contexto político conturbado na maioria dos países à época.

A segunda fase começa quando os exilados brasileiros, em sua maioria, deixam de habitar países latino-americanos e procuram asilo em países culturalmente mais diferentes. Os países que mais acolhiam deixam de ser Chile e Cuba e passam a ser países da Europa Ocidental. A militância muda de foco e as questões centrais do debate levantado pelos exilados giram em torno da defesa da democracia, dos direitos humanos, acompanhadas das denúncias às práticas da ditadura militar. É justamente nessa fase que o exilado vai solicitar estatuto de refugiado, perdendo sua especificidade política e passando a ser visto como um trabalhador mal qualificado. Essa posição do exilado dentro da sociedade de acolhimento aponta uma integração dificultosa e excludente, na qual o exilado ocupa posições subalternas. Diferentemente do que ocorria na fase anterior, onde os exilados eram bem aceitos pela sociedade e de certa forma valorizados por partidos e governos de esquerda.

Na terceira e última fase do exílio, começou a surgir mais possibilidades de adaptação e inserção social e profissional para os exilados nos países de acolhimento. Muito se deu por conta dos anos anteriores de exílio, nos quais os exilados puderam se qualificar, estudar, fazer cursos. Naquele momento estava

claro que a possibilidade de regresso ao país só se daria com a anistia. E enquanto a lei de anistia não acontecia, surgiu, segundo a autora, a “migração no exílio”, motivada por razões econômicas e ideológicas.

A lei da anistia foi aprovada em 1979 e com ela os então exilados foram permitidos de regressarem ao Brasil. O retorno foi de grande impacto nas vidas dessas pessoas, pois era, em muitos casos, a concretização de suas vontades (à volta à pátria), mas também era o rompimento com a vida vivida no país que os acolheu. Diante disto, ainda havia o choque de trajetórias vividas entre aqueles que saíram do país nas décadas de 1960 e 1970 e os outros que permaneceram. O choque foi ainda maior para a geração daqueles que eram muito novos durante o período em que os exilados partiram do país, pois essa geração se deparou com um passado que estava banido e escondido.

Apesar dos choques causados e das críticas passíveis de serem feitas atualmente, a lei da anistia marcou o fim do exílio para muitos e o começo da reconstrução democrática no Brasil.

6. CONCEITOS

Nesta seção do trabalho são apresentados os conceitos fundamentais de “Ditadura” e “Exílio”, além de noções sociológicas como: “Estrangeiro”, “Comunidade”, “Sentimento do pertencimento”, “Identidade Nacional” e “Identidade Cultural” que são utilizados na a investigação do objeto de pesquisa.

6.1. DITADURA

A ditadura é um sistema de governo marcado pelo autoritarismo por parte de um indivíduo, grupo ou classe, e contrasta diretamente com a forma de governo democrática, distinguida pela participação popular. No Brasil, a ditadura militar foi implantada em um momento histórico conturbado. O mundo se encontrava dividido sobre um conflito ideológico e sob a constante ameaça de uma guerra latente. A chamada Guerra Fria dividiu o mundo em dois polos de atração: Estados Unidos e União Soviética.

Antes do golpe de 1964, os militares já haviam manifestado por várias vezes influência e participação na política do país; intervieram quando puderam e mantinham vigilância sobre o domínio político. Somado à participação ativa dos militares na política, a história brasileira também demonstra que o país tem uma tradição, ou predileção golpista. No golpe de Getúlio Vargas, em 1937, houve colaboração das lideranças militares, chefiadas pelo General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, sob a mesma alegação de motivação que viera a ser utilizada anos depois: a ameaça do comunismo. Esse golpe deflagrou o chamado “Estado Novo”, período ditatorial marcado pelo forte autoritarismo, mas também pelo alto desenvolvimento econômico do país. Mesmo tendo ajudado no golpe de 1937, os militares, também chefiados pelo General Góes Monteiro, viriam, anos depois, em 1945, a depor Getúlio Vargas. Com a posterior abertura democrática, assume a presidência o General Eurico Gaspar Dutra.

A influência militar na política não se encerra com a posse do General Dutra em 1946; do contrário, se manifesta até momentos bem mais próximos ao golpe militar de 1964. Antes mesmo de João Goulart de fato assumir a presidência, em 1961, uma junta militar assumiu o governo logo após a renúncia de Jânio Quadros. Tendo o então vice-presidente, João Goulart, viajado à China, logo impossibilitado de assumir a presidência, e mesmo sendo de direito que o

presidente da Câmara dos Deputados se pusesse no cargo, a junta militar assumiu o governo do país. As juntas militares são compostas por oficiais que assumem conjuntamente o governo em períodos de exceção constitucional. Elas ocorreram em 1930, com Getúlio Vargas na presidência; 1961, após a renúncia de Jânio Quadros; 1964 antes da posse de Castelo Branco, e em 1969 após a morte de Costa e Silva.

Em 31 de março de 1964 ocorreu o golpe civil-militar que depôs o presidente eleito, João Goulart. Tentou-se definir o golpe como “civil-militar”, até denominado de Revolução pelos militares, uma vez que este fora apoiado por vários grupos da sociedade civil. A usurpação do poder também contou com o apoio de instituições fortes e tradicionais, como o da Igreja, que já vinham manifestando preocupação com a postura reformista de Jango e se mostrando contrárias à ideologia comunista. Uma das maiores manifestações disto foi a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, uma série de manifestações contrárias à “ameaça vermelha” no país. Além de parte da sociedade civil e da Igreja, o golpe também foi apoiado pela mídia, que em quase sua totalidade se mostrou a favor dos militares no poder. Todavia, conforme explicita Machado (1979, p.20), a especificidade deste golpe foi que a ruptura constitucional se deu não para que uma figura individualizada tomasse o poder, mas sim um regime militar assumido pelas Forças Armadas como um todo.

Com o passar do tempo, o regime militar foi enrijecendo, se tornando mais duro e se mostrando como uma ditadura altamente repressiva. Grupos organizados da sociedade civil atuavam confrontando a ditadura militar. Muitos desses grupos eram de esquerda e idealizavam a implementação do socialismo no país. Neste período, surgiram organizações revolucionárias, que se diferenciavam por defender ou não a luta armada, mas tinham em comum o objetivo de derrubar a ditadura. Como forma de reagir às repressões estatais, muitas pessoas envolvidas nas organizações de esquerda se envolveram com ações armadas, assaltos a bancos, sequestros e guerrilha rural e urbana. Aos poucos, a insatisfação popular foi crescendo e grupos da sociedade civil, que até então se mostravam pouco ativos perante a política, passaram a reivindicar direitos extintos pelo regime.

Quanto mais a população reagia, mais a repressão se intensificava. O regime ditatorial lançou mão de prisões, censura, tortura e assassinatos. As prisões se davam arbitrariamente, não havia *habeas corpus* e muitos morreram por torturas. A censura de se deu em larga escala; os meios de comunicação (jornais, rádios, revistas) eram controlados e não havia liberdade de manifestações de ideias ou expressões artísticas – caso um indivíduo manifestasse opinião contrária ao regime, logo virava alvo de perseguição. A tortura foi usada de maneira sistemática; foram praticados espancamentos, afogamentos, choques elétricos e mulheres foram violentadas. Os assassinatos aconteciam uma vez que a pessoa virasse alvo de perseguição, ou em decorrência das torturas praticadas nos porões do órgão de segurança.

Eram exilados aqueles que expressassem opiniões políticas que divergissem da ótica dos militares. Essas pessoas eram definidas como terroristas, baderneiras, alvoroçadores, e generalizadas como esquerdistas. Para os militares, todos os opositores ao regime eram “subversivos da ordem” e “antinacionalistas”.

Os exilados eram muito diversificados, tanto em posições políticas, profissões e classes sociais. Na maioria das vezes, eram líderes sindicais, políticos, acadêmicos, artistas, estudantes, sendo muitos deles de orientação socialista. Além daqueles que eram forçadamente exilados, ou abertamente banidos pelo regime, havia também aqueles que se autoexilavam - também forçadamente, na medida em que o autoexílio tem base em algum perigo eminente e servia como fuga desesperada, mas que partiria mais da decisão do indivíduo que por uma decisão externa.

O conceito de ditadura será utilizado para a compreensão do momento histórico em questão, da conjuntura política da época e de como esse sistema de governo intensificou a prática do exílio. A ditadura foi um regime de exceção, que significa a existência de um Estado que não é baseado em direitos e que confere supra poderes ao governante.

6.2. EXÍLIO

A palavra “exílio” vem do latim *exsilium* e serve como uma denominação para a pena de exclusão. O exílio, historicamente, pode ser definido como uma saída forçada do indivíduo do contexto social em que vive, sua nação, ou pode partir de uma escolha individual, no caso o autoexílio - quando o indivíduo ameaçado ou perseguido, prevendo uma situação em que sofra restrições graves, decide por si próprio, porém afetado pela situação vivida, numa opção pessoal e irrefutável, abandonar sua terra.

6.2.1. História do Exílio

Na literatura ocidental cristã, os primeiros exilados da história teriam sido Adão e Eva, expulsos do Paraíso, sua terra natal, por Deus. Em seguida, Caim teria sido exilado e fundado a primeira cidade, que recebeu o nome de seu filho, Hino.

Segundo a revisão da literatura do exílio feita por Queiroz (1998, p.20), na Grécia Antiga, Sólon introduziu a proscricção na legislação grega, o exílio, que podia atingir até mesmo governantes. Dessa forma, o medo do banimento freava os possíveis impulsos arbitrários. No Império Romano, a pena envolvia a perda do direito de cidade e era considerada mais lesiva que a pena de morte. Na época, o exilado era estigmatizado e além de ser forçado a deixar Roma, era também proibido de certas práticas, como utilizar-se de fogo ou água e não entrar em casa que não fosse construída por si própria. Tal estigma minava a convivência do exilado com outros indivíduos. Maomé também teria sido exilado e, portando a mensagem de Alá, deixado Meca se dirigindo a Medina com alguns discípulos e fundando o Estado islâmico fora de sua terra.

Conforme Queiroz (1998), todos os exílios configuram uma ideologia, seja ela religiosa, mítica, política, econômica ou social. No exílio, povos resgatam o imaginário nacional. A privação da terra ancestral faz com que os povos demonstrem sua fidelidade a ela, como é o caso dos judeus. O exílio é uma experiência de ruptura, rejeição e renúncia, mas também implica reconstrução e criação.

O personagem persa criado por Montesquieu em “Cartas Persas”, afirma que o homem deve permanecer onde nasceu; pois exposto a diferentes

condições de vida, ele se torna presa da peste, sucumbe ao clima, às intempéries e enfermidades. O indivíduo seria condicionado pelo meio e por ele afeiçoado pelo hábito.

Queiroz (1998, p.20) aprofunda o estudo sobre o “mal do exílio”, também chamado em outras línguas de Mal du pays, Homesickness, Heimweh; que supõe perda e desarraigamento. Surgiu no prontuário médico das patologias mentais no século XVII. Em 1688, se tornou tema da tese de doutorado do médico francês Mulhouse, que analisa a tristeza acometida em pessoas que saíam de suas terras para se submeterem a tratamento médico. Essas pessoas se tornavam obcecadas por retornarem às suas terras e não apresentavam melhoras até voltarem para casa, e ficavam curadas. A esse fenômeno atribuíram causas como o clima, hábitos alimentares, odores e convívio familiar. Os casos de dolorosa obsessão pelo retorno a terra natal foram definidos e relacionados aos sintomas, vindo a serem denominados na terminologia médica como “nostalgia”. Mas, com o passar do tempo, a medicina se tornou fortemente empirista e a concepção psicossomática da nostalgia desapareceu da literatura médica (QUEIROZ, 1998, p.34).

Em suma, o exílio é a condição de estar afastado da casa, cidade ou país de origem e ser impossibilitado de regressar. Com a impossibilidade de voltar, supõe-se, entre o exilado, o migrante e o viajante, uma forma diferenciada de ruptura por parte do indivíduo para com a terra de origem.

No Brasil, conforme Machado (1979), o exílio, antes da ditadura militar, costumava ser seletivo e suas experiências não duradouras; o que fez com que os exilados logo após o golpe de 1964 acreditassem que estariam de volta ao país em breve – o que, na maioria dos casos, não aconteceu.

O conceito de exílio será utilizado no estudo com enfoque nos exílios políticos que ocorreram durante o período ditatorial brasileiro, que vai de 1964 até 1985.

6.3. ESTRANGEIRO

O conceito de estrangeiro é usado por Simmel (1983, p.183) em texto com o mesmo nome. O autor coloca que os primeiros estrangeiros surgem com o comércio: são os mercadores que vão fazer trocas de produtos entre grupos diversos.

Para o autor, o estrangeiro ocupa uma posição de membro dentro da sociedade em que vive, mas também carrega consigo elementos que estão de fora dela e a confrontam. Ele não é organicamente ligado por laços de parentesco, localidade, tampouco de ocupação com a sociedade acolhedora. No entanto, de acordo com Simmel, o estrangeiro e a sociedade podem se aproximar na medida em que são notados traços específicos em comum entre ambos, de natureza social, nacional ou ocupacional.

As diferenças entre os dois se mostram maior quando apenas traços muito gerais são notados, atribuídos genericamente a todos e que não seja limitado para um número determinado de pessoas. Assim, se só traços genéricos são encontrados entre o estrangeiro e a sociedade acolhedora, ele passa a ser visto como um estranho ao tipo particular daquela sociedade.

Simmel também atribui ao estrangeiro uma maior capacidade de analisar objetivamente a sociedade em que vive, em relação ao indivíduo que pertence originariamente a esta. A explicação se dá porque ele não estaria tão envolvido quanto os nativos, podendo ter uma melhor percepção, entendimento e avaliação do que se passa na sociedade. Isso só é possível porque o estrangeiro participa da sociedade mantendo relações sociais nela; mas através de um tipo específico de participação, uma vez que ele se sente afastado e distante por não ter sua origem na sociedade.

Juridicamente, a dicotomia entre nacionais e estrangeiros nasce a partir da concepção do Estado. São nacionais aqueles que têm entre eles ligação por sangue ou por terem nascido no território, formando a população de determinado país. Estrangeiros são pessoas que não têm as mesmas origens que os nacionais, mas passam a viver no grupo destes. Mesmo que um estrangeiro venha a ter cidadania do país que passou a habitar, ele continua não sendo originário de lá, e sempre possuirá uma história de vida fora do país acolhedor.

Já os apátridas seriam aqueles destituídos de nacionalidade, sem proteção de governo algum.

A percepção do estrangeiro em relação a sua vida em um novo grupo pode ser positiva ou negativa. Ele pode ser satisfeito com o estilo de vida que leva, pode ter melhorado suas condições de vida, ter tido facilidade em adaptar-se e por isso ter sido bem acolhido e integrado na sociedade. Todavia, o estrangeiro pode também ser uma pessoa insatisfeita com sua vida na sociedade diferente da sua de origem, se incomodar com a distância, não ser bem integrado, viver em guetos e em condições subalternas, e ainda ser acometido por uma grande saudade e desejo de retornar ao seu país. Essa variação se dá principalmente pela condição de estrangeiro e pelos diversos tipos de estrangeiros, supondo diferentes formas de integração e reações à vida construída na sociedade em que vive.

O exilado político é estrangeiro por imposição – ele o é porque passa a viver numa sociedade que não é a sua de origem, porque lhe foi imposto sair de sua terra. O exilado se diferencia de outros tipos de estrangeiros por não ter chegado na sociedade acolhedora para ficar, mas sim porque não pôde permanecer onde estava.

O conceito de estrangeiro será usado para entender a perspectiva dos exilados dentro das sociedades de acolhimento, tendo em vista a perspectiva da integração deles num novo contexto social. Nesse sentido, ser estrangeiro é a condição de ser retirado do convívio de um ambiente social e ser inserido em outro – justamente o que acontece com o exilado.

6.4. COMUNIDADE, SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

Para compreender como se daria uma possível assimilação dos indivíduos exilados em um grupo diferente do seu de origem, o estudo utilizará o conceito de comunidade”.

Para o estudo proposto é importante ter em vista que o exilado é retirado de uma comunidade, seu país, sua cultura, seu ambiente familiar, onde mantinha relações sociais e desenvolvia certos papéis. A contragosto, o exilado é afastado de seu grupo, rompendo com suas relações e retirando-lhe o senso de referencialidade que a comunidade lhe dava. É então inserido em outra

comunidade, que supõe um novo contexto social. Esse novo grupo com o qual passou a conviver pode se distanciar muito ou pouco do que era apresentado na comunidade originária, a depender de seus hábitos, sua língua e de sua cultura em geral. No entanto, ao chegar nessa nova comunidade, o exilado não tem definido quais serão os papéis que poderão ser desenvolvidos por ele. Aos poucos ele precisa construir relações com pessoas que provavelmente desconhecia e se adaptar às práticas do novo grupo.

O que se busca compreender com o estudo é justamente se o exilado consegue criar novos referenciais, solidificar seus papéis na comunidade acolhedora, a ponto de conseguir se tornar um integrante daquela comunidade. Ou se o exilado vive uma situação específica enquanto estrangeiro que lhe dificultaria a adaptação integral à nova comunidade.

O sentimento de pertencimento, uma das noções utilizadas no trabalho, está contido tanto na dimensão social quanto na dimensão política. Ele é abarcado pela ideia de comunidade. O pertencimento ganha sentido através de práticas sociais e culturais. É por meio dele que se torna possível a afinidade que se tem com aqueles que falam a mesma língua, com as formas de organização social e satisfação das necessidades. O sentimento de pertencimento serve então como uma estratégia simbólica de referencialidade.

Assim, até ser exilado, um indivíduo só teria criado esse sentimento com a comunidade a qual pertencia. Depois de exilado, é preciso analisar para entender se o sentimento permanece vinculado à comunidade originária ou se a estratégia simbólica de referencialidade se volta para a nova comunidade na qual vive – através da vivência, da inter-relação entre o indivíduo e os demais membros e da adequação aos hábitos e à cultura.

6.5. IDENTIDADE CULTURAL E NACIONAL

Identidade nacional é a autopercepção de uma essência única comum a todo o povo de uma nação. São elementos dessa identidade: língua, religiões, etnias e a cultura. São desses elementos, juntamente com a delimitação do território e de um povo, que nasce a concepção de Estado-nação.

O sentimento de pertencimento ou não a uma nação é uma construção social. A “nação”, além de uma entidade política, conteria um sentimento de

representação cultural (HALL, 1992). A cultura nacional é embasada na memória, lembranças do passado, e no desejo das pessoas de viverem em conjunto. Ela seria então um dispositivo ou um sentimento, que se baseia na diferença (perante as outras nações) para que se forme um sentimento de identidade unificada. Para o autor, seria através do discurso de uma “comunidade imaginada”, com sua tradição, seus mitos fundacionais e sua ideia de povo, que então se daria a identidade nacional. A identidade cultural se apoia nas reiteradas práticas de um grupo social, que, ao se solidificarem, geram um sentimento em seus membros de pertença.

Como o tema problematizado no estudo se refere à integração dos exilados, e estes abandonam um contexto que possuía identidades nacional e cultural específicas, se busca compreender se é aflorado nesses indivíduos novas identidades nacional e cultural, a ponto de que as primeiras sejam apagadas e os exilados passem a se guiar pelas novas. Leva-se em conta também que os exilados políticos apresentam uma especificidade impossível de ser ignorada: geralmente, são pessoas que se entregaram às questões e lutas nacionais específicas e se sentiam compromissadas com elas.

7. TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS: TRÊS EXILADOS POLÍTICOS

Neste capítulo será feito um estudo sobre as vidas de três exilados brasileiros por meio de um relato biográfico, com o qual será possível entender as vivências de cada um deles.

7.1. DARCY RIBEIRO – Um intelectual

Darcy Ribeiro tornou-se uma figura pública brasileira desempenhando diferentes papéis: foi antropólogo, educador, político e romancista. Mineiro nascido em Montes Claros, em 26 de outubro de 1922, filho de Reginaldo Ribeiro dos Santos e Josephina Augusta da Silveira Ribeiro. Perdeu seu pai quando tinha apenas cinco anos de idade. Darcy vinha de família de garimpeiros e boiadeiros, mas que tinha posses. Apesar de ter membros da família com certa proeminência social, como seu tio, médico, político e fazendeiro de renome, o núcleo familiar de Darcy passou por momentos de dificuldades financeiras, quando Dona Fininha, sua mãe, depois do falecimento de Reginaldo, foi demitida e teve de trabalhar como cozinheira de doces para festas.

Darcy foi um jovem aficionado por leitura, paixão que passou a cultivar aos quatorze anos de idade: “*Os miseráveis* (de Victor Hugo) também, que é um texto muito socialista, fez uma espécie de denominador comum ou minha planta ideológica” (COELHO, 1997, p.38). Em 1939, aos dezessete, entrou para a Faculdade de Medicina em Belo Horizonte. Em sua vida na capital, aderiu ao pensamento comunista: “... o partido comunista teve muita influência sobre mim. [...] Eu devo aos comunistas uma atitude responsável pelo destino humano. [...] se não fosse o partido comunista, eu não teria essa opção ideológica que é uma coisa que me formou também” (COELHO, 1997, p.40). Deixou de frequentar as aulas na Faculdade de Medicina e passou a frequentar aulas das Faculdades de Filosofia e Direito. Passou, então, a sentir-se frustrado com os resultados de seus estudos no curso e argumentou com sua mãe e seu tio: “Medicina é a ciência da doença e doente fede, é nojento. Eu queria estudar Antropologia que é o estudo do homem sadio, são” (COELHO, 1997, p.40).

Darcy abandonou a Faculdade de Medicina e se mudou para a cidade de São Paulo, onde passou a estudar Sociologia. Teve contato com renomados cientistas sociais da época, como Lévi-Strauss, e Florestan Fernandes, com

quem foi colega de seminário. Durante seus estudos em São Paulo, Darcy também teve contato com intelectuais como Caio Prado Júnior, Jorge Amado e Oswald de Andrade, e se tornou ativista político comunista.

Em 1946, se graduou pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, com especialização em Etnologia, tendo Hebert Baldus como seu orientador. Dois anos depois, Darcy se casou com Berta Gleiser, também etnóloga, com quem manteve um casamento duradouro. Enquanto antropólogo, Darcy passou dez anos entre populações indígenas (COELHO, 1997).

Entre seus grandes feitos estão a organização do Museu do Índio no Rio de Janeiro e o plano de criação do Parque do Xingu, que foi aprovado pelo então presidente, Getúlio Vargas. Darcy durante os anos 1950 se engajou na política e, juntamente com Anísio Teixeira, dedicou-se à luta do ensino público no Brasil, colaborando para que fosse elaborada a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo Darcy: “Depois dos índios, fui trabalhar com política, com educação, com coisa muito rica. Trabalhei com educação primária, média e superior. Criei a Universidade de Brasília. Depois disso, fui Ministro da Educação, fui Chefe da Casa Civil e tentei fazer uma série de reformas para passar o Brasil a limpo, para o Brasil dar certo e fui cair no exílio” (COELHO, 1997, p.43).

Em 1958, Darcy Ribeiro se opôs publicamente ao plano de criação de Brasília; pois considerava que a cidade nada desbravaria, e se colocou a favor da implementação do plano secular de Couto de Magalhães, que era o de ligar o rio Tocantins-Araguaia ao Rio Grande-Paraná, criando-se uma segunda costa brasileira. Contudo, sua sugestão não fora acatada e no mesmo ano ele passou a colaborar com o projeto do presidente Juscelino Kubitschek de construção da capital. No ano seguinte, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Oscar Niemeyer se dedicaram à elaboração e concretização da Universidade de Brasília; e quando a Universidade veio a ser inaugurada, em 1961, Darcy se tornou seu primeiro reitor. Conforme Darcy explicita: “Lá em Belo Horizonte, fui capaz de usar a Universidade como eu vim a organizar a Universidade de Brasília e as outras Universidade que reformei, pelo mundo, sempre com a ideia de que a Universidade fizesse o que todas as Universidades fazem: uma oferta de seus cursos para quem tivesse coragem e capacidade de acompanhá-los” (COELHO,

1997, p.39). Em 1962, foi nomeado Ministro da Educação e Cultura do governo de João Goulart e, no ano seguinte, assumiu como Chefe da Casa Civil, cargo que ocupou até o golpe em março de 1964.

Durante o governo de Jango, Darcy, como Chefe da Casa Civil, se desdobrou para contornar as dificuldades de falta de apoio político do presidente: “A crise econômica, seriíssima por si só, daria para derrubar um governo. Inflação de 84% ao ano. Greves espocando em toda parte, incontroláveis. Alçamentos camponeses estourando, motivados pela fome ou inspirados pelo Movimento das Ligas Camponesas. O Plano Trienal de Celso Furtado, que um ano antes parecia viável, tornara-se impraticável. O presidente negava-se a conter os aumentos salariais, não só por ideologia trabalhista, mas porque os trabalhadores eram sua única base de apoio político. De fato, ele continuou popular até o fim do governo, saudado amistosamente onde deparasse com trabalhadores” (RIBEIRO, 2010, p.54). Darcy teria tentado alertar para a iminência do golpe: “Falei com vários deles (líderes de esquerdas), tentando mostrar que o que estava em marcha era um golpe da direita contra nós. Essa informação não passava. É muito difícil que as pessoas se convençam de alguma coisa, ainda que medianamente clara, quando toda a imprensa, unanimemente, não fala dela ou diz o contrário. O poder de convencimento de uma imprensa unânime, porque é unanimemente subornada, é realmente terrível” (RIBEIRO, 2010, p.47). Segundo o político, o conflito em questão era internacionalizado, uma vez que a direita brasileira optou pela luta armada para defender seus interesses, que convergiam com os interesses norte-americanos; o que fazia com que os últimos se encarregassem de arcar com o conflito e defendessem a direita brasileira.

No momento do golpe e com a saída de João Goulart para o Uruguai, Darcy Ribeiro resistiu no posto de Chefe da Casa Civil e ainda quis ocupar o Congresso Nacional com mil candangos - mas não conseguiu: “Eu estava siderado. Tinha os pés e as mãos atados, a boca tapada. Justo naquela hora em que minha disposição era enfrentar canhões com minhas carnes. Era atirar, arrasar. Uma imagem que não me saía da cabeça era a figura danada de Auro (presidente do Congresso na ocasião), que eu queria esmagar. O pai dele fora o maior grileiro de terras do Brasil, apossou-se de centenas de quilômetros de

terras em São Paulo. O filho prosseguiu comendo terras, já em Mato Grosso. Terras que retinha como suas, como as carnes de seu corpo. Tirar naco delas seria como arrancar-lhe a mão” (RIBEIRO, 2010, p.70).

Com a usurpação do poder por parte dos militares, Darcy se viu obrigado a partir do Brasil a fim de se salvar da perseguição, da prisão ou, possivelmente, da morte. No dia 4 de abril, Rubens Paiva conseguiu uma avioneta de Jango para retirar Darcy do país: “Fomos ter a uma fazenda de Jango em Mato Grosso, perto da Bolívia.

Lá dormimos uma noite, olhando as coisas e conversando com os peões e carregando a avioneta com gasolina de caminhão e enchendo latas que levamos conosco. Na manhã seguinte, um voo longuíssimo nos levou às florestas do lado paraguaio do rio Paraná, a um campo de pouso usado para contrabandistas. Lá, trasladamos a gasolina das latas para o avião e retomamos o voo. Várias horas mais voamos até alcançar Tauperi, já dentro do território uruguaio. Havia uma forte tempestade elétrica que não permitia ir adiante. O piloto forçou o pouso entre as ovelhas” (RIBEIRO, 2010, p.74).

O avião no qual Darcy fugia do país tinha como destino, na verdade, a cidade de Buenos Aires. Devido ao problema meteorológico, o piloto aterrissou em Salto, a quinhentos quilômetros de Montevideú. Ao ser procurado pelo chefe de polícia e pelo representante político local, Darcy esquivou-se afirmando que buscava asilo político; o que apontaria que o exílio de Darcy no Uruguai teria se dado por causalidade (COELHO, 2002).

Em seguida, Darcy desloca-se para Montevideú, onde é procurado por Mario Cassinone, reitor da Universidade da República, a única do país; e logo é contratado como professor de Antropologia, de dedicação exclusiva. Dessa forma, o exílio no Uruguai se torna uma realidade para ele: “O exílio é uma experiência terrível, sobretudo para os brasileiros. Temos um país tão grande e variado, tão cheio de sumos, seivas e cores que ser tirado daqui é um desterro. Para todos os exilados, exílio é sofrimento” (RIBEIRO, 2010, p.76, grifo nosso).

Com o golpe militar, muitos políticos brasileiros, que formavam a primeira onda de exilados da ditadura, procuraram o Uruguai como asilo. Dessa forma, durante o regime militar brasileiro, Montevideú tornou-se a “capital do exílio” em

um primeiro momento. Contudo, por ser um país pequeno e que oferecia poucas condições de sobrevivência, quem conseguia se integrar melhor na sociedade eram os políticos renomados e que já traziam consigo maiores conhecimentos e contatos pessoais (MACHADO, 1979). Segundo depoimento de Darcy: “Meus primeiros meses de exílio foram desesperantes, tanto que eu ocupava quase todo meu tempo lendo livros de ficção científica para alimentar a fera de minhas frustrações. Li centenas deles. Também ia à casa de Brizola participar do circuito paranoico do exílio. Uns dez homens coexistiam ali, tensos, falando de um contragolpe que se tornava cada vez mais inverossímil” (RIBEIRO, 2010, p. 93, grifo nosso). Darcy aparentava ser uma pessoa com grande capacidade de lidar com o desterro aos olhos de seus colegas exilados, entretanto, até mesmo ele enfrentou as amarguras do exílio; ao que ele reagiu com um intenso trabalho intelectual.

O antropólogo transformou sua situação de exilado em produtividade, escrevendo sobre a história cultural e política da América Latina (COELHO, 2002); trabalhando de doze a quatorze horas por dia, de forma que escreveu mais de duas mil páginas de seus livros nos primeiros seis anos de exílio (MACHADO, 1979). Segundo o próprio exilado: “Como se vê, meu longo exílio uruguaio não foi de flores, mas também não foi de espinhos. Nunca vivi um período tão fecundo em minha vida. Entrei logo em convivência com intelectuais uruguaios [...]” (RIBEIRO, 2010, grifo nosso).

Darcy conviveu com pessoas que tiveram reações mais penosas com o exílio, como o ex-prefeito de Natal, Djalma Maranhão, do qual Darcy guardava lembranças: “Djalma Maranhão vivia em função do Rio Grande do Norte, esperando uma carta do Rio Grande do Norte. Seu sofrimento era total. Sofria até com o clima; para um nordestino o frio do Uruguai é insuportável. Ele tentava durante todo o dia sintonizar uma estação brasileira, num rádio de muito má qualidade. Não para ouvir as músicas, que ele nem conseguia captar, mas o tom, o som da língua brasileira. Só queria ouvir sua gente falando, e não fazia nenhum esforço para aprender a língua do país em que estava. Morreu diante de um aparelho de televisão, triste e só, num quarto. Morreu de exílio” (MACHADO, 1979, p.33). Contudo, o feitio de exilado do colega, de baixa integração, afastamento e sofrimento profundo, não se assemelhava com o de Darcy.

Segundo Machado (1979, p. 37), até então os brasileiros asilados em países da América do Sul, muitas vezes, percebiam o Brasil como um país à parte da América Latina; a mudança dessa percepção sobre os países vizinhos teria acontecido com o exílio, quando os exilados puderam descartar o orgulho, desprezo e preconceito para notar as similaridades do contexto latino-americano. Para Darcy não foi diferente: “Eu não via o contexto do qual fazia parte. Não sabia quem eu era, quem era minha família cultural. Foi preciso o exílio para que eu adquirisse a compreensão de que nós pertencemos a uma categoria geral de povos com um destino comum. Porque nós surgimos como povos nas mesmas circunstâncias, e tivemos um destino paralelo, inclusive na colonização, feita do lado de lá e de cá pelos dois pequenos países da península Ibérica. E se construiu na América Latina um mundo muito mais unificado que nos países de origem – os países hispano-americanos falam uma língua mais uniforme que na própria Espanha, e também no Brasil há esse fenômeno de se construir um país tão grande sem dialetos. Esse é um processo das Américas em geral, que sofreram uma ocupação dura, bruta, resultando daí a área mais homogênea da Terra. Temo uma unidade de destino e no passado e no futuro” (MACHADO, 1979 p. 37). Assim, Darcy traça sua própria identidade ao descobrir a América Latina: “...adquiri uma perspectiva para ver a mim mesmo, para ver o Brasil como parte de uma totalidade. Eu me fiz latino-americano” (MACHADO, 1979, p.38).

Tendo em vista sua formação como antropólogo, ou seja, de sua capacidade em estudar outras culturas e se inserir nelas para compreendê-las, é possível inferir que a adaptação de Darcy Ribeiro na sociedade uruguaia deva ter sido menos traumática ou assustadora que para muitos outros exilados. Essa habilidade em se aproximar de uma comunidade até então distante, passar a integrá-la e empenhar-se para entendê-la, tão própria dos antropólogos, funcionou notavelmente a favor de Darcy, em seus primeiros momentos enquanto exilado no Uruguai. Darcy, por exemplo, logo se empenhou a produzir uma Enciclopédia da Cultura Uruguaia; logo, sua postura perante a cultura do país não foi de estranhamento, diferenciação, tampouco de afastamento, mas do contrário, foi de atração.

Ao longo de sua permanência no Uruguai, Darcy Ribeiro escreveu a primeira versão de *O Povo Brasileiro*, os seis volumes dos estudos de antropologia da civilização, a primeira versão de *Maíra*, além de ter completado *O Processo Civilizatório* e *Os Índios e a civilização*. Conforme ele próprio colocou: “O Uruguai foi para mim um exílio fecundo. Lá, nas longas horas que o exílio nos dava, estudei e escrevi muito. De fato, não tendo família que cuidar, nem velhos amigos que receber e visitar, nem obrigações sociais, tipo batizado ou casamento, nem mesmo ativismo político, a sobra de tempo era imensa, para espreguiçar ou para trabalhar. O ambiente intelectual do Uruguai e da universidade era muito estimulante” (RIBEIRO, 2010, p. 96).

Também em seu exílio no Uruguai, foi capaz de fazer algumas viagens a outros países, portando um passaporte uruguaio. Foi duas vezes à Europa. Na primeira vez foi a Paris encontrar com Juscelino Kubitschek com o intuito de convencer o ex-presidente a renunciar à sua candidatura, tal como fariam Jânio Quadros e João Goulart, para que os militares convocassem eleições diretas, evitando a eleição de Lacerda (RIBEIRO, 2010). Contudo, JK não cedeu aos planos de Darcy; tempos depois, foi cassado pela ditadura militar.

Ainda sobre a viagem a Paris, Darcy recorda: “Dessa viagem só é mesmo recordável um grande almoço que San Tiago comeu comigo no Grand Vefour, o melhor restaurante de Paris [...] Começa então o gozo e doce suplício de ouvir o tilintar dos cristais e louças pondo e repondo a mesa [...] Os garçons formavam uma meia-lua à nossa volta, olhando aqueles selvagens, pensando provavelmente que seríamos árabes, porque só eles andam tão cheio de dinheiro fazendo extravagâncias desse tipo” (RIBEIRO, 2010, p. 83). As recordações do ex-político sugerem a continuidade de uma influência política que detinha na situação anterior ao exílio; além do fato de sua condição de exilado não ter lhe impossibilitado de usufruir de certo luxo e pompa.

Com o passaporte uruguaio, Darcy ainda pôde viajar a Cuba, a convite de um antigo embaixador do Cuba no Brasil – o que também demonstra que ainda pairava sobre ele certo prestígio político e o benefício de manter relações com pessoas influentes: “Fiquei hospedado numa casa destinada a hóspedes especiais. Ali tinha um cozinheiro excelente. Comia-se muito bem e havia uma coleção de vinhos na adega que era realmente extraordinária” (RIBEIRO, 2010,

p. 87). Lá, estabeleceu conversas com Fidel Castro e Che Guevara: “A conversa com Che foi cordialíssima [...] Ele não arredava da ideia de que só a guerrilha levaria à revolução. Tratava-se de ter peito para as primeiras semanas [...] Eu insistia na ideia contrária, de que havia, ao menos para países como o Brasil, outros caminhos, mais eficazes. Che me ouvia em silêncio, rindo maldoso seu belo sorriso” (RIBEIRO, 2010, p. 87).

Depois da visita a Cuba, Darcy viajou também para a Rússia. Voltando ao Uruguai, o exílio até então “permissivo” mudou de figura – o governo brasileiro havia pressionado o uruguaio a “controlar” os exilados brasileiros, fazendo com que Darcy Ribeiro fosse “internado” em Montevideu. O passaporte de Darcy fora carimbado com um aviso de que, caso ele deixasse o país, não seria recebido de volta; fazendo com que ele se tornasse uma pessoa sem proteção de governo algum, ou seja, um apátrida (RIBEIRO, 2010).

Pelo fato de sentir-se confinado no país de acolhimento, e tomando ciência do que se passava no Brasil, Darcy optou por retornar à terra natal; concluindo o que será considerada a primeira fase de seu exílio: “Lendo as notícias dos jornais brasileiros sobre a Marcha dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, eu me perguntava o que é que eu estava fazendo no Uruguai, se os meninos estavam oferecendo os corações às balas. Contra a opinião de todos, especialmente de Jango e Brizola, que achavam aquilo uma temeridade, voltei. Chamei meu advogado, Wilson Mirza, e só pedi que avisasse a ditadura eu iria desembarcar no avião tal, à hora tal, no aeroporto do Galeão. Não queria ser preso pelo oficial do dia, e sim pela ditadura, se essa fosse sua resolução” (RIBEIRO, 2010, p. 98).

Depois de cinco anos no Uruguai, Darcy voltou ao Brasil muito entusiasmado, em outubro de 1968; como expressado em uma carta a Betty Meggers e Clifford Evans: “Estou também muito confiante: há muito o que fazer e meu lugar é realmente aqui. Estou também otimista. Talvez porque o seja de natureza ou porque este seja o melhor lugar do mundo para fazer uma nação” (MATTOS, 2007, p.249). Darcy era acusado de subversão, em um inquérito começado em 1967; além de ter sido indiciado por participação em uma suposta organização de exilados no Uruguai, a Resistência Militar Nacionalista (RMN) ou a Resistência Armada Nacionalista (RAN); fazendo com que seu retorno ao

Brasil desencadeasse sua detenção. Porém, conseguira uma ordem de *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, o que lhe garantia responder às acusações em liberdade – mas ainda permanecia com seus direitos políticos cassados e impedido de ocupar cargos públicos (MATTOS, 2007).

Passou a viver em um apartamento alugado com sua esposa, Berta: “Eu não sabia a razão daquela alegria toda em que eu espumava como se fosse champanhe. Vi depois que ela vinha do burburinho de tanta gente falando e rindo em português. Era encantador para os meus ouvidos de exilado” (RIBEIRO, 2010, p. 99).

A volta de Darcy ao Brasil era fortemente fundamentada em sua motivação para influir no processo político do país, enquanto era tempo. O exilado tinha um plano político. Sua intenção era implementá-lo e alterar a ordem vigente no país. Todavia, a situação se mostrou completamente desfavorável para sua atuação, pois logo em seguida, pouco mais de um mês depois de sua chegada, os militares deram o “golpe dentro do golpe”, e baixaram o AI-5: “me aconselharam, peremptórios, a sair do país urgentemente. Eu não admitia voltar com minhas pernas para o exílio. Fui preso no dia seguinte à edição do ato” (RIBEIRO, 2010, p.102).

Em decorrência do AI-5, o *habeas corpus* foi revogado e Darcy Ribeiro foi preso “preventivamente” sob a alegação de atividades subversivas que atentavam contra a segurança nacional e a administração militar, pesando ainda em seu desfavor as viagens que havia feito a países socialistas, que alegavam ter o objetivo de arrecadar recursos para fins subversivos no Brasil.

Para Darcy, a prisão foi um período menos produtivo que o exílio: “Continuo aqui suportando-me preso. Se não tivesse muito suco me teria tornado inosso de tanto cozinhar-me. [...] Mas lá fora teria feito muito mais. Sobretudo porque o meu ‘lá fora’ já não é o exílio, mas o da patrinha com sua gente linda, seu povo calado, sua juventude iracunda com que eu gostaria tanto de conversar” (MATTOS, 2007, p.254). Sobre sua experiência na prisão, Darcy também coloca: “A vida na prisão é bastante chata, mas é suportável. Um tenente-policia! daqui está convencido de que pode regenerar pessoas como eu [...] Quando eu lhe disse que estou preso porque sou patriota, e só por isto, o homem ficou perplexo. A palavra ‘patriota’ dita por mim o desmontou e sua

reação é julgar que o estou desrespeitando. Mesmo assim, isto aqui é suportável. Pena que não seja proveitoso como exílio, onde pude produzir e ter a sensação de que participava da luta por uma pátria melhor. Mas talvez seja, de algum modo, positivo este mergulho na adversidade. Às vezes penso que para quem viveu a vida de índio, de caboclo e de palaciano, esta seja uma experiência utilizável. O mais incômodo é não poder falar com ninguém. Vocês me conhecem, sabem quanto me custa não ter público para brilhar. [...] Suspeito que esta estação da vida passará logo, mas não sei o que virá depois. Pode ser a prisão até a condenação, hipótese em que terei de encontrar um meio de pôr-me a trabalhar para afrontar este vazio, quando mais não seja para frustrar o desígnio deles de me anular” (MATTOS, 2007, p.254, grifo nosso).

Durante seu confinamento, Berta e alguns amigos de Darcy tentaram promover uma certa campanha internacional para pressionar sua soltura. A Universidade da República, do Uruguai, manifestou apoio ao antropólogo e colaborou para sua libertação (COELHO, 2002). Em agosto de 1969, após quase oito meses de prisão, Darcy foi absolvido e solto. Entretanto, sua permanência no Brasil não era segura e ele precisou exilar-se novamente; dessa vez, na Venezuela.

Iniciando o que se configura como a segunda fase de seu exílio, Darcy se mudou para Caracas ao aceitar o convite de trabalhar na reforma da Universidade Central da Venezuela, vinculado ao *Centro de Estudios del Desarrollo* (Cendes). Darcy e Berta tiveram problemas quanto suas documentações no tempo em que moraram no país, pois apesar de Darcy ter firmado contrato de trabalho de um ano, os vistos de ambos foram emitidos na condição de transeuntes, ou seja, só lhes garantiam a permanência de dois meses no país. Esta complicação diplomática, somado à conturbação no país com o governo de Rafael Caldeira, que envolvia a universidade, fizeram com que o estabelecimento de Darcy na Venezuela não fosse mais desejado por ele.

Então mudou-se para o Chile em setembro de 1970, terceiro país onde morou enquanto exilado. Assumiu o cargo de professor-investigador do *Instituto de Estudios Interdisciplinares*, da Universidade do Chile; mas sua real intenção era se envolver politicamente no governo de Salvador Allende, prestando assessoria ao presidente. Sobre seu relacionamento com Allende, Darcy expõe:

“Conheci Salvador Allende em 1964, quando ele foi nos visitar, a João Goulart e a seus ex-ministros, exilados no Uruguai. Sempre me recordei das longas conversas que tivemos então. Recordo, sobretudo, o deslumbramento com que ouvi – eu era, então, um provinciano brasileiro, que só depois aprenderia a ser latino-americano – a lucidez e a paixão com que ele analisava e avaliava nosso fracasso. Através de suas palavras, percebi, pela primeira vez, claramente, as dimensões continentais e mundiais de nosso fracasso e seu terrível impacto sobre a luta de libertação da América Latina. Vi-o, depois, muitas vezes, principalmente quando passei a visitar o Chile, pouco antes de assumir a presidência” (MATTOS, 2007, p.264, grifo nosso). O depoimento de Darcy, mais uma vez, explicita a grande articulação política que havia entre os exilados ex-políticos, bem como o alto grau de influência daqueles que são “bem relacionados”. Seu asilo no Chile lhe permitiu fazer diversas viagens; entre elas, uma à Argélia com o objetivo de lá estruturar uma universidade.

Após aproximadamente dois anos no Chile, em 1972, Darcy opta por aceitar a codireção da criação do *Centro de Estudios de Participación Popular* (CENTRO), dirigida pelo Projeto das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/OIT), e se muda para o Peru. Mais uma vez, sua motivação estava de fato relacionada ao processo político em andamento naquele país. O Peru estava passando pelo que Darcy julgava ser uma grande revolução social com a participação dos militares. Segundo MATTOS (2007, p.275), nos oito anos de exilado, Darcy teria continuado ligado à sua pátria; e o que teria o motivado de forma especial no Peru era a chance de poder acompanhar um processo revolucionário que lhe parecia muito promissor; ao que ele comenta ironicamente: “Mas a tarefa é gozada e desafiante. Imagine a cara dos milicos brasileiros que nesta altura já devem saber do convite... Imagine também as caras de meus amigos da ultra-esquerda latino-americana e peruana, vão dizer o diabo. Mas minha vocação é o poder, irmão” (MATTOS, 2007, p. 271).

Quando ocorreu o golpe de Pinochet, que depôs o presidente Allende, em 1973, Darcy já não se encontrava mais asilado no país; mas preocupou-se com os acontecimentos: “Ainda estou impactado com os acontecimentos no Chile. Agora com a orfandade de seis mil refugiados latino-americanos que ali encontrava abrigo e agora são presos ou escondidos debaixo do risco de morte.

Estamos tentando tudo para que outros países os aceitem, desde o Canadá até a Austrália” (MATTOS, 2007, p. 264, grifo nosso). Na preocupação de Darcy com os exilados no Chile é possível notar que ele sutilmente se coloca como alguém mais capacitado para agir a favor dos desabrigados, quase fazendo desaparecer o fato de que ele próprio é um exilado que depende do asilo de outros países.

Em 1974, Darcy Ribeiro foi diagnosticado com câncer no pulmão. Em dezembro do mesmo ano, conseguiu permissão para ir de Lima ao Rio de Janeiro com a única finalidade de passar por uma cirurgia – sua segunda passagem pelo Brasil durante o tempo de exílio. Depois da cirurgia, Darcy passa seis meses na cidade, se recuperando; e ao voltar a Lima, conseguiu autorização para voltar de tempos em tempos ao Brasil para acompanhamento médico.

Ao regressar ao Peru o contexto da revolução peruano estava muito diferente e o general Juan Velasco Alvarado não mais governava, pois se encontrava doente. Não era mais permitido a Darcy fazer muito em seu trabalho devido a barreiras burocráticas. Dessa forma, a única opção enxergada por ele foi encerrar seu contrato de trabalho.

Depois do encerramento da atividade que o vinculou no Peru, Darcy retorna definitivamente ao Brasil, em 1976, sob o governo do general Geisel. A volta do antropólogo, político e educador não significou uma reentrada direta aos espaços intelectuais e políticos do país, dos quais fizera parte até precisar deixar o país - o que significa dizer que o exílio cumpriu sua função de excluir o indivíduo de sua participação intelectual e atuação política no país (MATTOS, 2007).

Darcy sofreu dificuldades em sua reinserção nas comunidades política (porque ainda tinha seus direitos políticos cassados) e acadêmica (quando pôde voltar a ocupar cargos públicos em universidades - somente com a Lei da Anistia, em 1979 - Darcy se deparou com uma Antropologia muito distinta da que havia deixado em 1964). O antropólogo fez críticas à mentalidade alienante imposta nos tempos de ditadura e ao fato de seus alunos de Antropologia não terem conhecimento da sua pessoa, tampouco de seus livros (MATTOS, 2007).

Segundo Mattos, as obras de Darcy e suas correspondências durante o exílio apresentam seu entendimento de que caberia aos intelectuais dos países subdesenvolvidos a missão de transmitir a consciência crítica à população, pois

dessa forma a revolução social nesses países se tornaria possível. Refletindo sobre o que aconteceu com a intelectualidade brasileira após o golpe de 1964, Darcy diz: “Desse modo, o pensamento original e a criatividade cultural e artística, expulsos do Brasil ou ali amordaçados e submetidos às ameaças mais atrozes passam a expressar-se na clandestinidade e no exílio num debate sobre o papel das vanguardas e os pré-requisitos necessários para ativar os diversos estratos populares para a revolução necessária” (MATTOS, 2007, p. 309).

Em 1976, Darcy conheceu Cláudia Zarvos, com quem assumiu relacionamento sério a partir do ano seguinte. Os dois se casaram e permaneceram juntos por doze anos.

Desgostoso dos rumos da Antropologia no meio acadêmico, Darcy se mostrou mais inclinado a participar da política. Reorganizou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), juntamente com Leonel Brizola, em 1979. Três anos depois, também com o mesmo, foi eleito vice-governador do estado do Rio de Janeiro. Em 1983, assume como Secretário de Estado e de Cultura, no Rio de Janeiro, e coordenador do Programa Especial de Educação; quando implementa sessenta Centros Integrados de Educação Pública (escolas de horário integral que revolucionaram o ensino básico). Em 1987, se tornou Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais a convite de Newton Cardoso; com isso, se mudou para Belo Horizonte, mas ao sentir-se frustrado com o programa educacional que fora implementar, rompeu com Newton e saiu do cargo. Em 1989, voltou a integrar o corpo docente da Universidade de Brasília, e em 1995 o campus da universidade passou a levar seu nome. Também recebeu diversos títulos honrosos, como o de Doutor Honoris Causa da Universidade de Sorbonne, da Universidade de Copenhague e da Universidade de Brasília; de Professor Emérito do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi condecorado com a medalha Haydée Santamaria por Fidel Castro (COELHO, 1997, p.103).

Desde o ano de 1990 até seu falecimento, em 17 de fevereiro de 1997, Darcy Ribeiro atuou como senador. Morreu em Brasília, devido a um câncer generalizado, aos setenta e quatro anos. Seu corpo foi sepultado na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro.

7.2. MÁRCIO MOREIRA ALVES – Um político

Márcio Emmanuel Moreira Alves nasceu em 14 de julho de 1936, no Rio de Janeiro. Sua família materna é originária de Paracatu, no estado de Minas Gerais, e carregava um histórico de envolvimento político desde o Império. Sua mãe nasceu em Paris, pois o avô de Márcio era adido naval, e viveu no Rio de Janeiro. A parte paterna de sua família também era ligada à política: seu avô era o principal médico da cidade de Montes Claros, em Minas Gerais e fora presidente da Câmara Municipal e deputado estadual durante vinte e oito anos; e sua tia era tida como cangaceira, pois fora a pessoa a autorizar os primeiros tiros da Revolução de 1930 (DINES et al. 2000).

Vindo de famílias ricas e tradicionais, carregadas de influência política, não foi difícil para Márcio conseguir um emprego, antes dos dezoito anos, como jornalista no jornal mais importante do Rio de Janeiro à época, o Correio da Manhã: “Essa herança de deputados e barões inseriu-me naturalmente na alta burguesia brasileira, que era a da antiga Corte da Capital Federal, do Rio de Janeiro. Comecei a trabalhar antes dos dezoito anos porque quis, por ânsia de sorver a vida, não por necessidade. Ao contrário, durante anos meu pai deu-me por mês uma quantia igual ao meu salário, porque dizia que no início de uma carreira profissional sempre se é exageradamente explorado pelo patrão. Entrei no jornalismo pela porta da frente, convidado pelo dono do Correio da Manhã, na época o maior jornal do Rio” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.226).

Cursou Direito ao mesmo tempo em que seguia a profissão de jornalista. Por ter estudado por um ano nos Estados Unidos, tinha domínio da língua inglesa, além da língua francesa, o que lhe garantiu vantagem para ser escalado em diversas reportagens internacionais de peso, como a guerra de Suez, entrevistando personagens políticos importantes.

Em junho de 1957, Márcio se casou com Marie Christine de Preaulx, com quem teve três filhos: Isabel Januaria, nascida no ano seguinte, Pedro Afonso, em 1960, e Anne Lenor, em 1967.

Logo após sua lua de mel, aos vinte e um anos de idade, Márcio foi a Alagoas cobrir uma reportagem sobre a votação de impeachment do governador, acusado de mandar matar um deputado. Desprotegido por não compreender o risco da situação, levou uma rajada de metralhadora que quebrou seu fêmur.

Custaram seis meses para que ele se recuperasse, mas ainda no hospital ditou a reportagem do caso, que lhe rendeu o Prêmio Esso.

Como jornalista, viajou todo o Brasil cobrindo a campanha eleitoral de Jânio Quadros, e adentrou o estado de Minas Gerais fazendo a cobertura da campanha de Magalhães Pinto. Segundo depoimento do jornalista: “Eu vira o país: riquíssimo, sem dúvida, mas terra de poucos ricos e multidões de miseráveis. Não era ainda capaz de estabelecer a relação causa-efeito desses contrastes, de vê-los como uma consequência necessária do nosso capitalismo dependente e da dominação norte-americana – isso eu só conseguiria no exílio, quando tive finalmente tempo para estudar a sério – mas revoltava-me instintivamente contra eles” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.227, grifo nosso).

Márcio inicia sua atuação na política, em 1961 e 1962, como assessor de San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores; e no ano seguinte, como assessor do mesmo, então Ministro da Fazenda. Ele se posicionou contra o governo de Jango, e quando os militares deram o golpe de 1964, Márcio se mostrou a favor dos acontecimentos: “A 31 de março de 1964 tinha simpatias pelo golpe militar, simpatias determinadas pela minha posição de classe e precária educação política. Julgava moralisticamente o governo de João Goulart. [...] a ditadura militar não fazia parte da memória histórica do Brasil: nunca ocorrera, o que me fazia descreer da sua possibilidade” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.228).

Logo após a instalação do Ato Institucional nº 1, no mês seguinte ao golpe, Márcio passou a se colocar contra o regime militar. Aos poucos o jornalista foi tomando ciência das atrocidades cometidas no regime, concentrando-se nas torturas de presos políticos. Começou então a mobilizar-se sobre esta questão, chegando a viajar para o Recife, onde recolheu mais de cem depoimentos de pessoas torturadas em uma penitenciária. Os depoimentos foram usados em seu livro “Torturas e Torturados”, lançado em 1967 e apreendido logo em seguida. Também teve outro livro de sua autoria apreendido no mesmo ano, “O Cristo do Povo”, por ter sido considerado ofensivo às Forças Armadas.

Por causa da edição do Ato Institucional nº2, em 1965, o jornalista participou de um protesto em frente ao Hotel da Glória, e em decorrência do

protesto foi preso juntamente com Glauber Rocha, Joaquim Pedro, Antônio Callado, entre outros.

Insatisfeito com a limitação que sofrera na sua atuação dentro do jornal Correio da Manhã, devido à censura, Márcio decidiu se engajar de vez no meio político, esperando expandir seus limites de atuação política. Elegeu-se deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1966, na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e tomou posse no ano seguinte: “Minha atuação parlamentar foi uma continuação da ação jornalística: denúncias da repressão, análises da política pró-americana do governo, criação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre a venda de imensas extensões de terras a estrangeiros” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.228).

Ao tempo de seu mandato, apenas havia dois partidos políticos no país: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de apoio do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição. Entretanto, a oposição era controlada e limitada. Dentro do MDB havia pessoas mais ou menos conservadoras, mas todas elas inclinadas a fazer oposição às restrições de liberdade que estavam em caminho no regime militar. Outros jovens deputados faziam oposição mais marcante, como Márcio; entre eles: Hermano Alves, Carlos Heitor Cony e Eduardo Muniz. Eram considerados a “bancada terrorista” do Congresso Nacional porque faziam denúncias e faziam plantões substituindo-se entre eles. (MACHADO, 1979).

Em agosto de 1968, a Universidade de Brasília foi invadida por tropas do exército, que agrediram e prenderam estudantes. O fato se tornou um símbolo da repressão do governo militar. No dia 2 de setembro do mesmo ano, Márcio Moreira Alves proferiu um discurso em razão do ocorrido, se colocando contra a invasão e propondo um boicote ao militarismo: “Todos reconhecem ou dizem reconhecer que a maioria das forças armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetra violências e mantém este país sob regime de opressão. Creio ter chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote. As mães brasileiras já se manifestaram. Todas as classes sociais clamam por este repúdio à polícia. [...] Vem aí o 7 de setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que

desfilem junto com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe, se compenetrasse de que a presença dos seus filhos nesse desfile é o auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote esse desfile. Esse boicote pode passar também, sempre falando de mulheres, às moças. Aquelas que dançam com os cadetes e namoram os jovens oficiais. [...] Creia-me, Sr. Presidente, que é possível resolver esta farsa, esta democratura, este falso impedimento pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre os civis e militares deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este país volte à democracia. Só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos que não compactuam com os desmandos de seus chefes, sigam o magnífico exemplo dos quatorze oficiais de Crateús que tiveram a coragem e a hombridade de, publicamente, se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário dos seus superiores” (ABREU; BELOCH, 2001).

Segundo depoimento de David Lerer, parlamentar contemporâneo de Márcio Moreira Alves e colega de exílio: “Nós éramos chamados, na época, de imaturos. Ainda hoje, dizem que exageramos, fomos muito radicais, e ajudamos a promulgar o AI-5. Eu discordo completamente. Nós não inventávamos os fatos: o que trazíamos ao Congresso era o que estava acontecendo nas ruas, nas escolas, no próprio governo” (MACHADO, 1979, p. 71).

Ainda segundo Lerer, o pronunciamento de Márcio teria se dado em um momento em que a Câmara dos Deputados se encontrava quase vazia e nem foi notado pela imprensa (MACHADO, 1979). Márcio também afirma que o discurso se deu em tais condições: “Ninguém tinha prestado atenção ao discurso, mas os militares prestaram, tiraram, pinçaram esse discurso do conjunto, imprimiram, mandaram a todas as unidades militares para ser lido na ordem do dia e criaram esse caso: ‘Imagina, algum deputado pode ofender a honra das Forças Armadas?’” (DINES et al. 2000).

Com o entendimento de que o discurso fora ofensivo aos brios e à dignidade das Forças Armadas, no dia 12 de outubro do mesmo ano, os três ministros militares pediram a cassação do mandato do deputado federal, por prática enquadrada no artigo 151 da Constituição: “uso abusivo do direito de livre manifestação e pensamento e injúria e difamação das forças armadas, com a

intenção de combater o regime vigente e a ordem democrática instituída pela Constituição”.

Em menos de uma semana após o pedido de cassação, Márcio apresentou sua defesa em sessão plenária: “Sr. Presidente, Srs. Deputados, marcou-me o acaso para me transformar em símbolo mais essencial das prerrogativas do Poder Legislativo. [...] Apagado meu nome, apagados os nomes de quase todos nós da memória dos brasileiros, nela ficará, intacta, a decisão que em breve a Câmara tomará. Não lembrarão os pósteros do deputado cuja liberdade de exprimir da tribuna o seu pensamento é hoje contestada. Saberão, todavia, dizer se o Parlamento a que pertenceu manteve sua prerrogativa de inviolabilidade ou se dela abriu mão. A verdade histórica é que os homens passam, mas os direitos que uma geração estabelece, através de suas lutas, às outras gerações são legados, pouco a pouco criando o patrimônio comum das leis, garantias e liberdades de uma nação. Não se julga aqui um deputado; julga-se uma prerrogativa essencial ao Poder Legislativo” (ABREU; BELOCH, 2001). Com seu discurso, Márcio quis evidenciar a gravidade, não pessoal, mas jurídica e histórica, de se desconsiderar que a tribuna deveria ser o espaço aberto para debates e manifestações, sem que os parlamentares tivessem de ser processados pelo que lá é expressado. O pedido de licença de cassação foi votado e recusado pelo plenário da Câmara, com 216 votos contra e 141 votos a favor.

Descontentes com o resultado obtido na Câmara, no dia seguinte, 13 de outubro de 1968, o presidente Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5 (AI-5); marcando o início do período mais duro da ditadura militar: as liberdades democráticas restantes foram suprimidas e a repressão ganhou força. Através do AI-5 o Presidente da República reuniu poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos e cassar mandatos eletivos, além de, segundo o artigo 2º do ato, decretar recesso ao Congresso Nacional – o que fez logo em seguida. A data entrou para o anedotário político do país, pois no mesmo dia da edição do ato se comemora tradicionalmente a Santa Luzia, “protetora dos cegos” (MACHADO, 1979).

Para muitos historiadores e pessoas que participaram do contexto político, o discurso de Márcio Moreira Alves serviu apenas como um pretexto para que o

governo militar adotasse uma postura mais repressiva; o que se tornou possível com a promulgação do AI-5. Segundo David Lerer: “Estou convencido de que tudo não passou de uma provocação arquitetada, de um plano do Estado-Maior. O AI-5, como viemos a saber mais tarde, já estava pronto desde julho” (MACHADO, 1979, p. 73). Ainda segundo o deputado: “Para muita gente no Brasil o exílio se definiu a partir do AI-5. Quer estivéssemos dentro ou fora do país, já estávamos exilados. Nossas alternativas eram a clandestinidade ou a prisão” (MACHADO, 1979, p. 75).

No dia 30 de outubro, foi lançada uma lista de cassações de mandatos, na qual constava o nome de Márcio Moreira Alves. Após o AI-5, muitos políticos oposicionistas foram presos e todos se encontravam sob ameaça. Conforme o depoimento de Márcio: “No dia da votação eu já saí para a clandestinidade. Tinha preparado a minha saída porque sabia que corria risco de vida. Havia muito telefonema me ameaçando de morte, de espancamento etc. E coisas que eu achava do pior gosto. Por exemplo, ameaçavam me castrar, e eu não achava isso uma ideia razoável. Então tratei de me organizar para sair” (DINES et al. 2000).

Márcio viajou pelo estado de São Paulo, “sondando o ambiente”, tentando saber se seria possível permanecer no Brasil e contribuir na luta contra a ditadura; mas percebeu que não seria possível. Programou então sua saída do país por uma rota de contrabando, num avião vindo do Paraguai que transportava whisky e cigarros. O avião saiu de Jundiá com destino ao Paraguai, onde Márcio entrou sem precisar apresentar documento algum. Segundo seu depoimento: “[...] fui para um hotel que pertencia ao general Stroessner que era presidente do país e que, portanto, não era vigiado pela polícia. Dormi lá” (DINES et al, 2000). No dia seguinte, o ex-deputado foi de avião até a Argentina, onde pegou outro avião para finalmente chegar em Santiago do Chile, seu destino final, no dia 31 de dezembro de 1968. Aos trinta e dois anos de idade, Márcio se encontrava na condição de exilado político.

A permanência de Márcio no Chile deveria ser curta, pois ele tinha uma bolsa de estudos para fazer seu doutorado em Paris, no Instituto Nacional de Ciências Políticas. Contudo, seus planos mudaram e ele permaneceu no país por um ano e meio: “Meu plano era ficar no Chile de quinze dias a um mês e ir

para a França. Mas chegando ao Chile verifiquei aquilo que todo brasileiro verifica quando pisa em solo hispano-americano: que não entendia nada da América espanhola e que era imprescindível, para pensar o Brasil, conhecer os problemas da gente irmão, dominada pelo mesmo sistema imperialista” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.229, grifo nosso).

Como outros exilados, Márcio se encantou ao descobrir a América Latina; uma oportunidade de “abertura de horizontes” possibilitada pelo Chile (CAVALCANTI; RAMOS, 1976). Em julho do ano seguinte, 1969, Márcio foi convidado a participar de conferência em uma universidade na Finlândia. Na ocasião, ele aproveitou a viagem de volta para conhecer outros países da América: Colômbia, Venezuela, Peru, Equador. Em outra oportunidade também foi aos Estados Unidos fazer conferências, e na volta conheceu o México e outros países da América Central.

Em junho de 1970, Márcio não poderia postergar mais sua bolsa de estudos, por isso se mudou, junto de sua mulher e seus filhos, para a França. Durante sua permanência em Paris, Márcio pôde ir duas vezes a Cuba. A primeira, em 1973, como júri da *Casa de Las Américas*; e na segunda vez, passou aproximadamente seis meses no país dando um curso na Universidade de Havana e pesquisando sobre os operários cubanos (CAVALCANTI; RAMOS, 1976).

Voltando de Cuba, Márcio ficou por menos de um mês na França e se mudou para Portugal, onde conseguiu emprego como professor do Instituto Superior de Economia de Lisboa.

Tendo vivido, no total, quase onze anos no exílio, Márcio expôs sua opinião sobre esta experiência enquanto ainda vivia em Portugal: “Evidentemente o exílio é uma ruptura com sua terra, no caso com o Brasil, com o tipo de trabalho lá desenvolvido, com uma realidade formadora de toda uma vida. Neste aspecto o exílio é extremamente ‘cortante’” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.230, grifo nosso); mas coloca também: “Mas é também uma integração. Integração com a luta do povo brasileiro [...]” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.230). Na declaração do exilado fica claro que o fenômeno do exílio é sentido como algo “cortante”, e a integração proposta tem em mente o futuro no Brasil; como é confirmado em outro depoimento do mesmo: “Só sobrevive no exílio –

produzindo e contribuindo – aqueles que conseguem se impor uma férrea disciplina de trabalho, um constante voltar-se para o país que deixaram. Mas voltar-se não no sentido de se implantar provisoriamente no país que se está, mas sim, ao contrário, procurar inserir-se na realidade onde se trabalha com a ideia de que se está preparando algo adiante, uma contribuição que terá a sua continuação no Brasil” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.230).

Durante sua vivência como exilado, Márcio era contra o descompromisso e desentrosamento do exilado na sociedade de acolhimento: “Há um outro fenômeno do exílio que é um terrível parasitismo do exilado.... Esses não terão inserção no Brasil nem em nenhum lugar. Portanto, devem ser considerados ‘vítimas do processo’” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.236). Daí se entende que haveria para ele um exílio “de sucesso”, que seria aquele no qual o exilado se integra na sociedade de acolha para refletir, sempre preparando um plano a ser implementado no retorno ao Brasil; e haveria também o exílio “sem sucesso”, no qual o exilado vive como um parasita na sociedade em que passou a viver, sem refletir, e este, sim, seria uma “vítima” que foi expulsa do país e nada teve a “acrescentar”.

Para Márcio, o exílio propiciou um ambiente de introspecção e reflexão. Ao se encontrar como exilado, ele teria passado por diferentes “trabalhos”: o primeiro de reflexão, depois de discussão com os grupos clandestinos e, por último, o de entendimento das propostas desses grupos. Contudo, ele ressalva: “Ao mesmo tempo há outro trabalho, que parecia ser mais frustrante, o de funcionar em sociedade onde não se tem participação nas decisões” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.231).

Também é levantado por Márcio que o exilado é uma pessoa “desclassada”: “Ele perde a sua condição de classe, deixa de ser o burguês, o intelectual, o estudante, o operário [...] Passa a ser apenas o exilado, alguém que foi lançado para o lado de fora” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.232).

Sobre aspectos culturais mantidos no exílio, o exilado afirma que se interessa menos por futebol que costumava a se interessar no Brasil, por ter menos oportunidades de ver a mesma qualidade no jogo; mas que continuou a gostar de samba e a “vibrar com uma batucada” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.234).

Para Márcio, de acordo com sua postura ideológica, o essencial do exílio seria alcançar uma percepção diferente e mais “verdadeira” sobre o Brasil: “Muitas das coisas que eram confusas ou eram misturadas, que eram vistas como se fôssemos míopes sem os óculos, apenas em seus contornos, no exílio se tornaram claras. Coloquei os óculos durante o exílio e essa tal cara dura do Brasil tornou-se muito nítida, com as suas rugas, com suas cicatrizes” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p.233). É perceptível como sua visão de mundo pós-golpe se afastou de seu pensamento burguês de origem – e é possível notar que o exílio fortaleceu seu engajamento ideológico. Suas viagens a Cuba permitiram que Márcio acreditasse na implementação do socialismo.

O exilado percebia pontos positivos na experiência de ser afastado do país: “[...] uma pessoa sempre aprende muito... muito do que não se aprende no Brasil. Viu o mundo, viu outras realidades, outras lutas, leu, alguns com maior proveito, outros com menos, mas a maior parte dessas pessoas terá uma grande ansiedade em participar no processo brasileiro e em ter uma participação em nível superior” – novamente, o aspecto positivo consiste na finalidade de engajar-se com o país expulsor; o que sugere a resistência de um vínculo com o país.

Márcio Moreira Alves só retorna ao Brasil em 1979, aos quarenta e três anos de idade, ao ser promulgada a Lei 6.683, a “Lei da Anistia”, que concedeu anistia a todos os envolvidos em crimes políticos e eleitorais, no período de setembro de 1961 a 3 agosto de 1979. A lei garantiu com que Márcio, bem como todos os exilados políticos do período, voltassem ao Brasil sem correrem o risco de responder por crimes políticos supostamente cometidos.

No mesmo ano em que voltou ao Brasil, a estrutura política bipartidária foi extinta no país. Assim, Márcio se filiou ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e se candidatou a deputado federal pelo Rio de Janeiro em 1982; contudo, foi derrotado, obtendo apenas uma suplência. Tentou a eleição também em 1986, sob a mesma legenda, mas não conseguiu. Em 1990, se desligou do partido e criou uma empresa de assessoria para assuntos políticos. No mesmo ano voltou a se dedicar ao jornalismo e se tornou colaborador do Jornal do Brasil e de O Estado de São Paulo. Em 1993, passou a trabalhar no Globo como colunista diário, tratando de assuntos da política nacional. Em 2000, ao ser questionado se teria condições de enfrentar uma campanha eleitoral,

Márcio respondeu: “Mas não tenho a menor vontade de fazer isso. Eu influo mais como jornalista do que como deputado, e é para influir que se entra na vida política, ou para ganhar dinheiro. Como ganhar dinheiro não é a minha vocação, eu estou muito satisfeito em ser colunista político” (DINNES et al. 2000).

Em 2004, Márcio Moreira Alves sofreu grave problema de saúde, e veio a falecer em 2009, no Rio de Janeiro, em decorrência de um acidente vascular cerebral.

7.3. MARIA AUXILIADORA LARA BARCELOS – Uma guerrilheira

Maria Auxiliadora nasceu em 25 de março de 1945, em Antônio Dias, no interior de Minas Gerais. Filha de Clélia Lara Barcellos e Waldemar de Lima Barcelos. Em razão do trabalho de seu pai como agrimensor, passou a infância deslocando-se nas pequenas cidades de Minas Gerais. Estudou em Belo Horizonte, no Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima, quando criança e, possivelmente pela formação católica da escola, pensou em ser freira.

Juntamente com sua irmã, Maria Helena Barcellos Raton, Maria Auxiliadora lecionou em uma escola situada em um bairro pobre, organizada por seus avós. Sua aproximação com a situação de miséria dos moradores do bairro fez com que a menina, desde cedo, questionasse e refletisse sobre a condição dos menos afortunados.

Em 1965, aos vinte anos de idade, Maria Auxiliadora, alcunhada como Dora ou Dorinha, iniciou os estudos de Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante o curso optou pela área de Psiquiatria, e deu plantões no Hospital Galba Veloso e no Pronto Socorro. Sua experiência no hospital psiquiátrico despertou indignação diante da forma como os pacientes eram tratados: o hospital funcionava com um número de pacientes acima do viável, sendo que estes eram tratados com descaso e submetidos a procedimentos com choques elétricos.

No quarto ano do curso de Medicina, em 1968, Dora passou a participar do movimento estudantil e interessou-se pelas ideias esquerdistas. Filiou-se então à COLINA, organização de esquerda mineira.

Sobre o desenvolvimento das organizações de esquerda no Brasil é preciso retomar o período anterior ao golpe militar. No início da década de 1960, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi desfalcado com a expulsão dos integrantes que eram adeptos à linha stalinista; ocasião na qual foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Após o golpe e diante da repressão imposta pelo governo militar, o PCB manteve posicionamento contrário à mobilização da luta armada. O partido considerava que os grupos armados eram integrados por “patriotas equivocados” (GABEIRA, 2012). Aqueles que romperam com o PCB, por terem o entendimento de que apenas a luta armada seria capaz de encerrar a ditadura militar no Brasil e concretizar uma revolução,

formaram então organizações de esquerda que pegaram em armas; como exemplo, a ALN e o MR-8.

A Ação Libertadora Nacional (ALN) propunha uma revolução de libertação nacional. Seu integrante de destaque era Carlos Marighella, ex-membro do PCB e ícone da luta armada, que escreveu o “Manual do Guerrilheiro Urbano”. Para Marighella, o terrorismo seria capaz de desestruturar o regime gerando tensão política. (GASPARI, Vol. 2003) Já o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) visava implantar o socialismo no país (GABEIRA, 2012).

Fora as duas organizações mencionadas, havia diversas outras, como: MNR, VPR, AP, entre várias. Com o agravamento das restrições e repressões infligidos aos brasileiros pela ditadura militar, as organizações armadas foram se tornando mais numerosas. Elas praticavam expropriações, sequestros, assaltos a bancos, entre outros atos ilícitos. Contudo, a ilicitude desses atos, no entendimento delas, era desconsiderada em razão do contexto ditatorial em que se vivia, quando até mesmo o Estado não se adequava à licitude.

Poucos meses após a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), no dia 19 de março de 1969, Maria Auxiliadora abandonou o curso na UFMG, no quinto ano deste, e fugiu para o Rio de Janeiro. Sua mudança marcou o início de sua vida na “clandestinidade”.

A situação de clandestinidade era consequência necessária do pertencimento a um grupo armado esquerdista, pois a polícia-política da ditadura estava constantemente em busca dos membros das organizações e tentando dismantelar seus “aparelhos”, como eram chamados os pontos onde os “clandestinos” se abrigavam. A ditadura fechava o cerco e exterminava qualquer forma de participação política que fosse contrária ao regime militar através de acusações baseadas apenas na posição política do indivíduo, capazes de levá-lo à prisão, sem julgamento algum; além das torturas cometidas contra presos políticos visando conseguir nomes de outros, supostamente, “opositores da ordem”.

Em julho de 1969 ano, a COLINA, organização mineira da qual Maria Auxiliadora inicialmente fez parte, uniu-se com outras duas organizações: a VPR e a União Operária, formando a VAR-Palmares: grupo armado do qual Dora

participou durante sua atuação no Rio de Janeiro. Meses depois da fusão, a VPR se reconstituiu, mas a VAR-PALMARES continuou suas atividades com um pequeno grupo de pessoas.

Conforme o exposto por Gabeira em seu livro “O que é isso, companheiro?”, para muitos militantes, a integração em um grupo armado era o ápice do engajamento político: “O sonho de muitos de nós era o de passar logo para um grupo armado. Em nossa mitologia particular, conferíamos aos que faziam esse trabalho todas as qualidades do mundo. Sair do movimento de massas para um grupo armado era como sair da província para a metrópole, ascender de um time da terceira divisão para o campeonato nacional” (GABEIRA, 2012, p. 80).

Com a virada da década de 1970, as organizações de esquerda não conseguiam agregar “quadros novos”, ou seja, não atraíam efetivamente novos integrantes; de modo que havia apenas a mobilidade entre os membros das organizações: o crescimento de uma delas significava o esvaziamento de outra. A força dos aparelhos repressivos da ditadura surtia efeito na precarização do funcionamento das organizações clandestinas: “Na segunda metade de 1969, os militares estavam desgastados e, sob certos aspectos, desmoralizados, da mesma forma que os políticos, banqueiros e empresários brasileiros viveram um de seus piores períodos de incerteza. Disso, porém, não resulta benefícios para a guerrilha urbana. Pelo contrário, fechadas em si próprias, numa blindagem onde se auto alimentavam exigências de segurança e radicalizações ideológicas, as organizações armadas isolavam-se” (GASPARI, 2002, Vol. p. 144).

Ainda em 1969, oito meses após a sua mudança para o Rio de Janeiro, Dora foi presa no “aparelho” em que morava. Junto com ela estavam Antônio Roberto Espinoza, com quem se casara poucos meses antes, e Chael Charles Schreier, seu companheiro de luta. Dora e Antônio Roberto, líder do movimento operário em uma fábrica de Osasco, se casaram na metade do ano de 1969, quando já estavam filiados à VAR-PALMARES e viviam na clandestinidade. Os três moravam na casa, que se localizava no bairro do Méier, rua Aquidaban, 1053. Segundo depoimento de Dora, no filme “Brazil: a report on torture” (1971), o proprietário da casa fez a denúncia de que os novos moradores eram

suspeitos; e quinze dias antes de serem presos, a polícia já investigara e vasculhara a casa. O próprio investigador teria se apresentado a Dora como um vizinho.

A casa foi invadida na noite de 21 de novembro por cerca de 20 homens da Polícia do Exército e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ainda conforme o depoimento de Dora no filme mencionado, os três guerrilheiros tinham em casa uma pistola 45, uma Winchester, revólveres calibre 38 e 42. Durante a invasão, a casa foi metralhada e bombardeada, e os guerrilheiros reagiram até acabar a munição. Ao fim, os três jovens foram levados, às 21 horas, ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde foram severamente torturados, e em seguida foram levados ao quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar.

A tortura, como veio a se saber mais tarde, foi prática recorrente durante a ditadura militar, e se tornou institucionalizada no fim da década de 1960. Apesar das denúncias feitas, o governo militar negava terminantemente que mantivesse tais práticas. Os presos, principalmente os presos políticos, dos quais pretendiam arrancar informações, eram torturados por agentes do Estado. Contudo, a tortura muitas vezes era praticada por puro sadismo, não tendo a finalidade de arrancar informações, mas somente castigar.

Muitos presos torturados relataram também torturas contra parentes e pessoas próximas não envolvidos, com a intenção de que se atingisse emocionalmente o preso. Esse tipo de tática, por vezes, tinha efeito maior do que o castigo corporal na própria pessoa. Para isso, envolviam maridos, mulheres, filhos, até mesmo quando crianças. Sem mencionar os casos de pessoas que passaram por tal experiência perversa por engano, sem serem as pessoas pretendidas e tampouco terem qualquer ligação com o que era imputado a eles.

Sob tortura, muitos falavam e davam as informações que os torturadores desejavam, outros não. Vários dos presos torturados davam, ao menos inicialmente, informações erradas de pontos de encontros e formas de encontrar outros “subversores”; assim ganhavam tempo, pois outros companheiros percebiam que o indivíduo havia sido preso e que era preciso desligar-se de tudo

que era vinculado a ele: mudar os pontos de encontros, desabitar os “aparelhos”, enfim, proteger-se.

No filme “No es hora de llorar” (1971), torturados exilados no Chile dão depoimentos sobre o entendimento dos guerrilheiros diante da repressão: o interesse maior deveria ser a revolução. Por isso, devia-se proteger a vida daqueles que eram protagonistas da revolução e não sucumbir às torturas. Conforme o relato de Roque Aparecido da Silva, operário de Osasco exilado no Chile, no filme, os guerrilheiros não deveriam preocupar-se com a morte, pois a partir do momento em que se entrega à organização de vanguarda de luta de uma classe, a vida não pertence a si mesmo, mas à essa classe.

Para muitos militantes, o grau de comprometimento dos companheiros deveria ser alto o suficiente para que não se entregassem à dor física e moral. Para eles, naquele contexto, a intenção do aparelho repressivo estatal era de fazer com que os torturados acreditassem que a sua luta estava perdida e desestruturá-los ideologicamente; mas que essa intenção teria o efeito inverso, e criaria mais resistência.

A aplicação de choques elétricos foi um dos métodos de tortura mais utilizados durante o período, podendo ser de longa duração, com o corpo seco ou, dependendo da resistência do torturado, com o corpo molhado, para intensificar a corrente elétrica. Os choques eram dados em áreas sensíveis do corpo, como orelhas, boca, umbigo e genitais – muitos deles internamente.

O chamado “pau de arara”, radicado durante o período ditatorial brasileiro, que consistia em amarrar o indivíduo com os punhos e tornozelos atados a um cabo suspenso, sem que o corpo tivesse apoio, deixando o torturado numa posição desconfortável, onde passava a não conseguir sustentar a própria cabeça. No “pau de arara”, o indivíduo ficava de tal maneira preso que as aplicações de outros castigos se tornavam ainda mais penosas. Nele o torturado sofria agressões com palmatória ou pedaços de pau, que eram dadas nas costas, nas nádegas, nos pés, além de choques elétricos.

Outras técnicas de castigo corporal “menos elaboradas” também eram utilizadas, como socos e pontapés e queimaduras com cigarros acesos. A tortura

não se restringia aos castigos corporais, mas também era psicológica: tinha a intenção de humilhar e degradar a pessoa.

As sequelas deixadas são diversas: perda de movimentos, sensibilidade e de membros do corpo; corpos desfigurados, epilepsia em decorrência dos choques elétricos, entre outras; mas, para muitos torturados, as mais severas foram as sequelas psicológicas: traumas, insegurança, perturbação, sentimento de perseguição.

Conforme documentado no depoimento de Maria Auxiliadora na Justiça Militar, no dia 27 de maio de 1970, tempos depois do ocorrido: na noite em que Maria Auxiliadora, Antônio Roberto e Chael foram conduzidos ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), os três passaram por violentos atos de tortura. Primeiramente, Dora foi colocada em uma sala onde os policiais foram aos poucos a despindo. Um policial ficou a sua frente como simulando manter relações sexuais com ela, enquanto outros policiais assistiam e proferiam comentários de baixo calão. Essa prática teria durado cerca de duas horas. Enquanto isso, seu marido e o outro companheiro apanhavam em uma sala ao lado, de onde se ouvia os gritos.

Posteriormente, juntaram cerca de quinze homens na sala onde Dora se encontrava e um policial utilizou uma tesoura fingindo tentar seccionar seus seios, ao mesmo tempo em que sofria bofetadas.

Mais tarde, foi aberta a porta que ligava a sala ao cômodo onde Antônio Roberto e Chael estavam apanhando. Juntando os três, os policiais passaram a perguntar aos dois homens como Dora era sob o prisma sexual, afirmando que ela não seria mulher para um só, e que caberia ser satisfeita por ambos. Em seguida, um policial tentou se encostar em Dora, ao que ela revidou dando-lhe uma cusparada. Daí se seguiram mais bofetadas e torturas. Até que por volta das quatro horas da manhã, os três foram transferidos ao quartel da Polícia do Exército. Os dois homens estavam ensanguentados, feridos no pênis, nas orelhas e com cortes na cabeça.

Na Polícia do Exército, os três presos foram colocados juntos em uma sala, nus, e incitaram Antônio e Chael a beijar o corpo de Dora. Depois, um dos torturadores lhe segurou os seios enquanto outros davam sequência às

bofetadas, utilizando palmatória e cacetete. Também deram choques elétricos em Dora, inicialmente secos, mas posteriormente a fizeram se deitar no chão e a molharam, seguindo com choques com o corpo molhado. Os choques foram repetidos por cerca de duas horas.

Às sete horas da manhã, Dora parou de ouvir os gritos de Chael e seu corpo ficou caído no chão. Então, os torturadores encerraram as atrocidades e levaram Dora à enfermaria, onde recebeu um ponto na cabeça. A jovem ficou com os lábios rachados, varizes e o rosto deformado.

Os detalhes da tortura que Dora enfrentou são necessários para compreender a profundidade dos danos psicológicos gerados: as perturbações mentais e os traumas posteriores.

Segundo seu depoimento no filme “Brazil: a report on torture” (1971), Dora afirma que nos momentos em que era torturada não sentia propriamente medo, mas raiva de ter sido presa naquelas condições; tendo sido enganada. Ela relata que durante um interrogatório os torturadores teriam colocado música “de macumba”, afro-brasileira de percussão violenta, criando um ambiente onde eles se encontravam excitados e alegres, como se participassem de uma festa.

Após essa primeira noite encarcerada, Dora permaneceu sendo requisitada para depor e dar informações à polícia e continuou apanhando. Na 1ª Companhia de Intendência, para onde foi levada, um determinado Capitão tentou enforcá-la, e outros agentes a amedrontavam dizendo que a matariam numa estrada, de modo que ninguém saberia que ela teria morrido. Contudo, segundo seu depoimento na Justiça Militar, passaram a praticar torturas fisicamente suportáveis e mais voltadas ao psicológico.

Somente vinte dias depois da noite em que foram aprisionados Dora soube que seu colega, Chael Charles Schreier, havia morrido naquela madrugada de tortura. Chael morreu de hemorragia interna em decorrência das agressões.

No dia 17 de novembro de 1970, Maria Auxiliadora prestou depoimento ao Conselho Especial de Justiça do Exército, em São Paulo, no qual se expressou corajosamente. Negou ter envolvimento com a organização VAR-PALMARES, denunciou as torturas cometidas e o assassinato de Chael, e

afirmou que os verdadeiros criminosos não eram aqueles ligados às organizações clandestinas, mas os representantes da ditadura implantada no Brasil, e que só existiria justiça verdadeira quando fosse implantado o socialismo no Brasil, de forma que um Tribunal Popular pudesse julgar os verdadeiros criminosos.

Maria Auxiliadora passou pouco mais de um ano como presa política e esteve nos presídios de Bangu, no Rio de Janeiro, e Linhares, em Juiz de Fora. No dia 13 de janeiro de 1971, Dora foi solta da prisão por compor o grupo de setenta presos políticos banidos do país em troca da libertação do embaixador suíço sequestrado, Giovanni Enrico Bucher.

Sequestros de embaixadores se tornaram uma das práticas recorridas pelas organizações armadas como forma de barganha com o governo militar. O primeiro sequestro de diplomatas realizados pelos grupos armados de esquerda aconteceu após a edição do AI-5, com o agravamento do contexto político repressivo. Em setembro de 1969, a Aliança Libertadora Nacional (ALN) junto com a Dissidência da Guanabara sequestraram o embaixador americano, Charles Elbrick, com a finalidade de libertar presos políticos. O sequestro obteve sucesso e quinze presos foram soltos e banidos, encaminhados para a Argélia.

Segundo o historiador Elio Gaspari, o sequestro do embaixador americano teria sido a ação mais espetacular feita pela luta armada brasileira: “Seu efeito político foi desmoralizante para o regime, tanto pela publicidade que a audácia do lance atraiu, como pela humilhação imposta aos chefes militares, que, tendo atropelado a Constituição, viram-se encurralados por alguns jovens de trabuco na mão” (GASPARI, 2002, Vol. p. 97).

Fernando Gabeira, um dos presos libertados com o sequestro, relata em seu livro “O que é isso, companheiro” momentos do banimento dos quinze presos políticos: “Fomos colocados num avião da Varig, algemados dois a dois. Cada dupla era protegida por um policial no avião. Visto de fora aquele avião parecia um avião normal. Lá dentro, entretanto, a animação era enorme” (GABEIRA, 2012, p. 205).

Após o sequestro do embaixador americano, as Forças Armadas se uniram criando o DOI-CODI, instituíram a pena de banimento para os presos libertos e para envolvidos em atos terroristas.

Em 11 de março de 1970, três organizações armadas, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e a Resistência Democrática (Rede), realizaram o sequestro do cônsul japonês, Nobuo Okushi. Em troca pediram a libertação de cinco presos, sendo que um deles pôde levar sua esposa e seus três filhos. Poucos meses depois, em junho do mesmo ano, sequestraram o embaixador alemão, Von Holleben.

Por fim, o último grande sequestro executado foi o do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, realizado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) – que libertara setenta presos políticos; entre eles, Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Os presos libertos foram banidos do país e enviados ao Chile. Esse último sequestro se deu no declínio da luta armada no Brasil, pois houvera uma baixa no número de militantes: muitos estavam presos ou exilados e outros morreram.

Os exilados de 1969 já se enquadravam em um novo perfil de exilado, diferente daqueles que tiveram de sair do país logo após o golpe militar, com direção ao Uruguai. Eles eram jovens militantes, de vinte e poucos anos, muitos deles ainda estudantes, sem formação completa, e intitulados pelo governo como “terroristas”. A América Latina se encontrava mais fechada e menos receptiva com os exilados brasileiros, como o Uruguai, por exemplo. O país mais propício para o estabelecimento dos exilados era o Chile.

Com isso, a recepção e a posterior integração desses exilados difere daqueles que fizeram parte da primeira geração do exílio (ROLLEMBERG, 1997). Sobre esses jovens, Machado coloca “Armados com sua juventude, ousaram enfrentar numa guerra desigual um poder muito mais antigo e sábio: as Forças Armadas Brasileiras. Foram massacrados. Mortos em tortura, mortos em combate, ou simplesmente desapareceram. Dos sobreviventes, uns permaneceram presos, outros se exilaram. Entre estes, 128 foram premiados com uma lei inédita em nossa República: a pena do banimento. Além da proibição de voltarem ao Brasil (os que tentaram durante o governo Médici foram mortos), os banidos eram impedidos de se integrarem em outro espaço físico. O

governo que os expulsou se encarregava de aconselhar aos outros países que não os recebessem. Num desterro marcado pelas lembranças de tortura e as dificuldades de sobrevivência, alguns enlouqueceram. Outros preferiram o suicídio. Mas a maioria conseguiu se integrar” (MACHADO, 1979, p. 79, grifo nosso).

A segunda geração de exilados brasileiros no Chile encarava o exílio como uma aventura temporária, onde seria possível reorganizar a luta revolucionária contra a ditadura militar brasileira. Por isso, não atribuíam fixidade ao contexto chileno.

Maria Auxiliadora tinha apenas vinte e cinco anos quando se tornou exilada no Chile. Desde sua prisão, não vira mais o marido, exceto uma vez quando fora depor na justiça, quase um ano depois de sua prisão. O exílio acentuou esse rompimento afetivo e tornou mais difícil uma reaproximação entre os esposos.

No Chile, Dora passou a se sentir livre; afinal, passara mais de um ano presa no Brasil. Retomou seus estudos de Medicina e se integrava no grupo de exilados brasileiros. A colônia de brasileiros se destacava na relativamente pequena capital do Chile (MACHADO, 1979).

Em Memórias do Exílio, em forma de poesia, Dora desabafa toda sua trajetória: “Depois do Inferno, o Paraíso. Saboroso, caloroso e sorridente, pura esperança e muita ingenuidade. Minha também, confesso. [...] Meu Chile lindo, o reencontro da esperança, do amor, da liberdade embriagadora. O reencontro dos tupiniquins com o Tupac Amuru e o Atahualpa, irmãos mais velhos e mais sábios, nos emprestaram seus cocares e pintaram nossas caras com as cores da bandeira sul-americana” (CAVALCANTI; RAMOS, 1976, p. 318). O exposto demonstra que a jovem vivera momentos contentes no Chile e que descobrira uma identidade latino-americana; mas mostra também que esse momento acabara rápido.

O período como presa política no Brasil deixara marcas muito danosas em Dora. As lembranças das torturas que enfrentara a atordoavam. As sequelas psíquicas acabaram se tornando mais intensas que as físicas. O coautor do filme “Brazil: a report on torture” (1971), Saúl Landau, notou, após a produção do filme,

que ao narrar em seu depoimento as torturas pelas quais passou, Maria Auxiliadora sorriu; o que levou Landau a lhe perguntar o motivo pelo qual ela sorria, ao que ela respondeu que era por nervosismo – sintoma de como as agressões mexeram profundamente com a sua psique (FRAGA, 2014).

Em menos de dois anos depois da chegada de Dora no Chile, no ano de 1973, Salvador Allende foi deposto por um golpe militar. Em decorrência da violência do golpe, todos os exilados que se encontravam no Chile, sobretudo os exilados políticos esquerdistas, deixaram de estar seguros no país.

Diferentemente de outros países como Argentina, Uruguai e Peru, que aceitaram o retorno de exilados, o Brasil não se prontificou a ajudar seus nacionais que corriam risco no Chile. Pelo contrário, todos aqueles que nem mesmo tinham envolvimento político, nem eram exilados, passaram a ser mal vistos pelo Brasil, pelo simples fato de estarem no Chile – o que sugeriria algum envolvimento político de esquerda (MACHADO, 1979).

Diante de tal situação, Dora se viu forçada a procurar asilo. Ainda no Chile, Dora conheceu Reinaldo Guarany, que se tornou seu companheiro e com quem passou a viver junto. Reinaldo também foi um dos setenta presos libertados através do sequestro do embaixador suíço, como Dora. O casal conseguiu asilo político temporário na Embaixada do México. Lá, Dora trabalhou seis meses como intérprete.

Depois disso, o casal obteve permissão para se mudar para a Bélgica. Passaram pouquíssimo tempo no país, e seguiram para a França, onde permaneceram por dois meses. A França tem tradição em conceder asilo político, e havia se disposto à Organização das Nações Unidas com a maior cota de recepção de asilados das diversas nacionalidades advindos do Chile (MACHADO, 1979); de maneira que Paris se tornou, em um terceiro momento (depois de Montevideu e Santiago), a capital do exílio brasileiro.

Dora e Reinaldo deixaram a França porque conseguiram, por meio da Cruz Vermelha, asilo político na República Federal da Alemanha. O casal passou a viver em Colônia, e conseguiu, com a ajuda de religiosos católicos locais que davam apoio aos exilados vindos do Chile, bolsas de estudos no curso de língua

alemã, juntamente com moradia, no Colégio da Obra Ecumênica de Estudos em Bochum. Foram matriculados em abril de 1974.

Por ser uma aluna aplicada, em outubro do mesmo ano, Dora conseguiu matricular-se na Universidade Livre de Berlim, em Berlim Ocidental. Para tal, a jovem exilada passou em primeiro lugar, entre seiscentos estrangeiros, em um concurso de língua alemã. Lá seguiu seus estudos em Medicina, que não conseguira concluir no Chile.

Em dezembro de 1974, Dora e Reinaldo foram informados pela Delegacia de Estrangeiros de Berlim de que havia processos contra ambos por terem, supostamente, entrado de forma ilegal no país. Em maio do ano seguinte, Dora foi proibida de sair de Berlim Ocidental, diante da controvérsia sobre seu asilo. Meses depois, o documento de viagem que portava, emitido pelo Chile, perdeu a validade e um novo documento alemão só seria possível de ser conseguido quando sua situação quanto ao asilo se resolvesse. Em novembro de 1975, Maria Auxiliadora enviou uma carta à Anistia Internacional apresentando sua situação e a de outros exilados na mesma cidade. Esperando por suas documentações e, por essa razão, confinados na cidade onde viviam, Dora e Reinaldo, foram obrigados a se apresentar três vezes por dia em um posto policial durante a ocasião da temporada de jogos no país – provavelmente pelo título de “terroristas” que o governo militar brasileiro os dera (MACHADO, 1979).

Conforme exposto por Rollemberg (1999), os exilados eram tratados de forma negligente e humilhante ao buscarem um país que lhes concedesse asilo, devido à falta de documento emitido pelo país de origem, no caso, o Brasil.

Para concluir o curso de Medicina com especialidade em Psiquiatria, como era sua escolha desde quando estudava em Belo Horizonte, Dora se submeteu a vinte e quatro provas, e para isso, recebia uma alta bolsa do governo alemão. Contudo, Dora só chegou à décima-oitava prova.

Dora foi acometida por grave doença mental. Tinha amnésias, pesadelos e era atordoada por sentimento de perseguição. Sua perturbação tinha origem nas torturas física, psicológica e sexual que sofrera no ano em que passou presa no Brasil. Por isso, teve de ser internada para tratamento médico-psiquiátrico, na clínica de Spandau, em fevereiro de 1976.

As torturas que os presos políticos que foram exilados sofreram acarretavam em traumatismos difíceis de superar. O processo paranoico e o sentimento de perseguição são consequências desses traumas que atacavam a saúde mental de boa parte dos exilados (MACHADO, 1979).

Dora entrou em tratamento ambulatorio. Após uma consulta psiquiátrica, no dia 1º de junho de 1976, Maria Auxiliadora se jogou nos trilhos do metrô, em Berlim Ocidental, e morreu instantaneamente. Dora tinha apenas trinta e um anos de idade, e estava no sexto ano de exílio.

Maria Auxiliadora não é um caso isolado de exilados que resolveram pôr fim em suas vidas por serem tomados por traumas das torturas cometidas por agentes do Estado na ditadura militar. Frei Tito é um outro exemplo de quem preferiu a morte à viver atormentado. Ele também fora um dos setenta presos banidos para o Chile em troca da libertação do embaixador suíço. No caso do frade cearense, ele tentara suicídio pela primeira vez quando ainda estava preso, mas fora socorrido a tempo. Durante o período em que ficou exilado, Tito acreditava ser constantemente perseguido pelo Delegado Fleury, que lhe torturara enquanto estivera preso no Brasil. Até que, em agosto de 1974, se pendurou em uma corda amarrada a uma árvore, em Lyon, e se matou. Como Dora e o Frei Tito, ainda há mais casos de exilados de tal forma desesperados que encerraram as próprias vidas.

Após a morte de Maria Auxiliadora, a Alemanha finalmente concedeu asilo político a ela, a Reinaldo e a outros exilados. Apesar de Dora ter sido banida do Brasil, o que significaria dizer que ela não mais poderia voltar, seu corpo pôde ser enviado ao país, com aceitação no Ministério das Relações Exteriores; e foi enterrado no dia 18 de junho de 1976, em Belo Horizonte.

Para a família, poder enterrar no Brasil a jovem militante, que lutara para defender seus ideais pela sua pátria, serviu como consolo. Segundo o que foi afirmado por sua mãe: “Ela falava sempre em voltar para o Brasil. Tinha esperança disto... como na Alemanha tinha tempo para passear, tinha tempo para pensar. Ela começou a ficar tristonha, com solidão. Acho que Dora sentia muita saudade” (MACHADO, 1979, p.114). Após a morte da filha, a mãe também reconsiderou: “Eu acho, hoje, que minha filha fez aquilo que achou certo. Fez tudo que fez, sem visar nada para ela. Ela se deu. Hoje eu me orgulho muito

dela. Meu marido, que antes a recriminava, hoje também se orgulha muito dela” (MACHADO, 1979, p.115).

A Lei 10.875/04, que reconhece como mortas pessoas envolvidas, ou acusadas de envolvimento em atividades políticas, passou a contemplar também aquelas que tenham vindo a morrer anos depois, quando provado que a morte decorreu das sequelas das torturas. Dessa forma, a morte de Maria Auxiliadora foi reconhecida como consequência das torturas cometidas durante o regime militar.

Dilma Rousseff, em 2011, em congresso lançando sua candidatura à Presidência da República, se referiu a Maria Auxiliadora prestando uma breve homenagem à militante e a outros companheiros contemporâneos, ao dizer “[...] penso em todos aqueles que fizeram e fazem parte da minha trajetória pessoal. [...] Não posso deixar de ter uma lembrança especial para aqueles que não mais estão conosco. Para aqueles que caíram pelos nossos ideais. Eles fazem parte da minha história. [...] Maria Auxiliadora de Lara Barcellos. Dodora, você está aqui no meu coração. Mas também aqui entre todos nós”. (Site) Como Dora, Dilma também fora uma jovem mineira que se filiara a uma organização revolucionária e participara da guerrilha armada durante o período de ditadura militar.

Atualmente, na cidade de Tiradentes, no interior paulista, funciona a Casa Ser Dorinha – Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcellos, que leva seu nome em sua homenagem.

8. COMPARAÇÃO ENTRE AS TRÊS EXPERIÊNCIAS DE EXÍLIO

Sobre os três exilados estudados, é possível notar que o desterro veio para cada um em momentos diferentes de vida: Darcy Ribeiro (1922-1997) se autoexilou aos quarenta e dois anos de idade, logo após o golpe militar, quando ocupava o cargo de Chefe da Casa Civil no governo deposto; Márcio Moreira Alves (1936-2009) teve de se exilar aos trinta e dois anos de idade, no governo de Costa e Silva; e já Maria Auxiliadora Lara Barcelos (1945-1976) foi banida aos vinte e seis anos de idade, durante o governo de Médici.

As três pessoas estudadas também se diferenciam em relação ao tipo de envolvimento político no momento anterior aos exílios. Os tipos de envolvimento de Márcio e Darcy se aproximavam mais, já que ambos tinham cargos políticos – como deputado federal e chefe da Casa Civil, respectivamente; enquanto Dora era militante e filiada a uma organização revolucionária de esquerda que desenvolvia a guerrilha urbana. Entretanto, o que não difere entre os três é que todos foram pessoas engajadas politicamente.

Conforme o entendimento de Rollemberg (1999) de que houve durante a ditadura militar duas gerações distintas de brasileiros que foram exilados, Darcy e Márcio podem ser enquadrados como exemplos da primeira geração, e Dora como exemplo da segunda.

A primeira geração era majoritariamente composta por pessoas influentes que não puderam permanecer no Brasil diante do estabelecimento do regime militar por significarem oposição a este. Eram exilados com formação superior completa e profissionalmente qualificados – como Márcio e Darcy. Já a segunda geração de exilados brasileiros ocorreu devido à edição do AI-5 e da perseguição aos grupos clandestinos. Essa geração era constituída, em sua maioria, por jovens estudantes, que mal haviam iniciado sua formação superior, alguns com nenhuma ou pouca experiência profissional – como Dora.

As duas gerações sugerem duas formas diferentes de integração aos países de acolhimento. Na primeira, os exilados teriam enfrentado menos complicações em adaptar-se que os da segunda geração; já que aqueles eram bem qualificados e tinham certa influência política, mesmo internacionalmente, devido à rede de contatos criada ainda no Brasil; enquanto estes eram jovens

que enfrentavam dificuldades para entrar no mercado de trabalho do novo país, e que detinham poucas reservas financeiras.

Com os estudos dos três exilados foi possível perceber que estes não seguiram exatamente uma mesma sequência de países acolhedores. Darcy viveu no Uruguai, depois na Venezuela, no Chile e no Peru. Márcio também morou no Chile e chegou a conhecer esses outros países latino-americanos (exceto o Uruguai), mas depois seguiu para a Europa, vivendo na França e em Portugal. Como os dois, Dora também viveu no Chile enquanto exilada, depois foi para o México, passou rapidamente pela Bélgica e França, e finalmente se estabeleceu na Alemanha Ocidental. Percebe-se que o lugar em comum entre os três exilados estudados foi o Chile, mais especificamente, a capital Santiago - que de fato foi um polo de concentração de exilados brasileiros.

Os três exilados saíram do país no estado civil de casados e, exceto Dora que tivera seu marido preso, os outros dois foram acompanhados de suas esposas. Inclusive Dora, que fora apartada de seu marido inicialmente pela prisão e definitivamente com o exílio, teve como companheiro Reinaldo Guarany, com quem pôde enfrentar as amarguras de seu exílio. No caso de Márcio, seus filhos também o acompanharam no desterro. Nenhum deles se uniu maritalmente com pessoas nativas da sociedade de acolhimento.

O retorno de cada um dos três indivíduos se deu de forma diferente. Darcy foi o único que conseguiu voltar ao Brasil, por duas vezes, tendo assim intervalos no seu exílio. Da primeira vez, voltou por vontade própria e conseqüentemente enfrentou a prisão; e da segunda, conseguiu autorização para tratar-se de um câncer no Rio de Janeiro, obtendo ainda permissão para voltar periodicamente para acompanhamento médico. Mas o político e antropólogo apenas conseguiu voltar de vez ao Brasil, pondo fim ao seu exílio, no ano de 1976. Já Márcio Moreira Alves só voltou a viver no Brasil na ocasião da promulgação da Lei de Anistia, em 1979. Maria Auxiliadora não voltou mais em vida ao Brasil, mas pôde ser enterrada no país, em 1976.

Com os estudos de caso também se torna possível notar diferenças mais gerais referentes aos diferentes graus de facilidades e dificuldades enfrentados na integração dos exilados estudados nas novas sociedades em que passaram a viver. Os motivos mais claros que causam essas variações entre eles giram

em torno do renome desses exilados, suas idades, nível de formação acadêmica e profissional, rede de contatos, posição política (mais ou menos firmes, e como a sociedade de acolha enxergava essa postura política), e, fundamentalmente, quais eram seus propósitos no exílio (o que almejavam e desenvolviam).

Como semelhanças, se pode observar que os três exilados vinham de famílias mineiras. Todos eram pessoas de classe-média, ou classe média-alta, esclarecidos e intelectualizados.

Os exílios não foram impostos a eles por uma política específica de exclusão por parte do governo, mas pelo fato de que eram pessoas politizadas. O envolvimento político dos três consistia no fato de vislumbrarem um ideal a ser alcançado no Brasil. Eles buscavam influir no processo político brasileiro porque tinham um plano para o país.

Inicialmente, como geralmente se deu entre os exilados, Darcy, Márcio e Dora não visualizaram o exílio como uma situação de longa duração, mas apenas uma condição provisória. Apenas após algum tempo de desterro e com a continuidade do regime militar com o passar dos anos, que os exilados conseguiram assimilar a condição de exilado como algo sem um prazo próximo ou determinado para acabar.

Das lições do exílio que os estudos de caso apresentaram, a que se mostra presente em todas e de forma marcante é a descoberta de uma identidade latino-americana até então desconhecida pelos brasileiros. Observa-se em todos os três um deslumbramento e fascínio em perceber tudo o que os países da América Latina têm em comum, e particularmente o que o Brasil tem de semelhante com esses países. A América Latina inclusive se constituiu em um objeto de estudo de Darcy Ribeiro, que ampliou seus horizontes intelectuais ao estudar a latinidade. Essa nova identidade cultural foi permitida através da vivência nos países vizinhos, e que, por sua vez, ocorreu por terem sido exilados do Brasil.

9. CONCLUSÃO

Através dos estudos feitos com os três exilados em questão é possível perceber as nuances e similitudes que existem em um mesmo conjunto de pessoas denominadas como exilados políticos.

O intuito do trabalho era se aproximar das trajetórias de vida de Darcy Ribeiro, Márcio Moreira Alves e Maria Auxiliadora Lara Barcelos para exemplificar experiências de exílio, a fim de entender como foram suas vivências; ou seja, notando diferentes possibilidades de se experimentar a condição de exilado.

Para Darcy Ribeiro, o exílio foi um período positivo para a produção intelectual. Escreveu muitas das suas obras durante o desterro. Seu renome, que já havia sido construído antes de deixar o país, abriu muitas portas e o dava mais segurança, enquanto exilado. O reconhecimento de seu trabalho como antropólogo e educador, engrandecido por seu envolvimento na organização da Universidade de Brasília, fez com que, desde o primeiro momento em que se exilou até seus últimos momentos na condição de exilado, muitas propostas de emprego lhe fossem feitas; e com isso, mais possibilidades de escolhas entre países nos quais viver.

A influência política detida por Darcy ainda durante seu desterro lhe garantiu certa mobilidade – como é possível notar desde o momento inicial em que, por possuir um passaporte uruguaio, conseguiu fazer várias viagens, até a flexibilidade que lhe fora garantida em poder escolher entre vários países para se estabelecer. Enquanto muitos exilados brasileiros, como os da segunda geração que, ao serem expulsos do Chile após o golpe de Pinochet, não conseguiam país que os acolhessem; Darcy Ribeiro recebia convites vindos de diversos países para desenvolver trabalhos e neles permanecer.

O próprio retorno de Darcy, em 1976, antes da Lei da Anistia, sugere uma certa confiança do exilado, acusado de crimes de subversão, possivelmente conferida por sua influência política. Principalmente se tendo em vista que Darcy fora preso na primeira vez em que tentara voltar a viver no Brasil.

Dessa forma, da notoriedade internacional de Darcy advieram fatores que puderam facilitar alguns aspectos que para outros exilados foram mais penosos – como a mobilidade (não estar restrito a apenas o país que o acolheu) e as possibilidades de escolhas (de onde viver, de acordo com seus interesses e não uma única opção viável).

Também é possível notar que os projetos nos quais Darcy se engajava

durante o desterro e que pareciam ser voltados a outros países, costumavam, na verdade, a ter como finalidade o Brasil. Para Darcy, as experiências e os conhecimentos acumulados no exterior, especialmente na América Latina, visavam sempre o futuro no qual ele poderia implementá-los no Brasil.

Márcio Moreira Alves, assim como Darcy, usufruía de certo status por ter sido político no momento anterior ao golpe. Também como Darcy, pôde aproveitar o exílio como oportunidade para conhecer diferentes países.

Ao menos no início de seu desterro, Márcio tinha uma situação financeira boa, o que afastou uma das mais recorrentes dificuldades dos exilados: a dependência financeira. A segurança econômica pode ser considerada um dos fatores que garantem mais segurança à adaptação do exilado fora do país.

O exílio permitiu um momento de reflexão a Márcio e um dos aspectos mais marcantes de seu desterro reside no abandono da mentalidade de sua classe original e um maior engajamento com as propostas esquerdistas. Márcio começou a flertar com os ideais comunistas enquanto ainda era deputado federal no Brasil, mas foi no exílio onde ele pôde se entregar integralmente a essa nova postura política, que consistia na oposição à burguesia, na defesa da causa operária, na luta para que o Brasil saísse da condição de dependência para com os Estados Unidos. Sua posição política se tornou mais definida após suas duas visitas à Cuba, onde pôde conhecer na prática um Estado socialista.

Contudo, o retorno ao Brasil também significou para ele – como significou para todos os brasileiros exilados que voltaram – uma nova adaptação, bem como ocorrera quando chegaram aos países de acolhimento. No novo contexto político do Brasil, é possível notar que o envolvimento político de Márcio se tornou mais brando. Sua posição política orientada pelos ideais esquerdistas perdeu força, assim como a sua participação na política – que fora frustrada nas duas tentativas de se eleger como deputado federal. Por fim, Márcio opta por voltar a participar politicamente por uma via indireta, o jornalismo.

Maria Auxiliadora se destaca dos outros dois casos de exílio por ter se envolvido com a militância armada. Ela se entregara completamente aos seus ideais e colocou a própria vida em risco lutando pelo que acreditava ser melhor para o seu país, o que só pode ser entendido como um sentimento de pertencimento e compromisso com a pátria muito fortes.

No entanto, ao se filiar à organização VAR-PALMARES e se dedicar ao projeto revolucionário, a jovem é presa e, posteriormente, forçada a deixar o

Brasil. A saída do país se dá em uma situação imposta: ela foi colocada em um avião com outros presos políticos com destino certo e sem chance de voltar. Essa situação entra em dissonância com a intenção de fazer algo que considerasse produtivo no país e pelo país.

Sua situação era totalmente diferente dos exilados que poderiam regressar ao Brasil se encarassem as consequências da ditadura, tais quais: processos, perseguições, prisões ou morte. Dora não possuía a alternativa de voltar ao país. Ela fora banida, ou seja, não poderia mais pisar em solo brasileiro. Dessa forma, a jovem se encontrou na condição de apátrida: não era benquista no país e não tinha proteção de governo algum. O título de terrorista divulgado pelo Brasil tornava ainda pior a sua aceitação em certos países e contava em desfavor de sua adaptação, principalmente quando fora viver na Europa.

O exílio de Maria Auxiliadora é desde o início mais penoso pelo fato da exilada trazer consigo as sequelas da tortura sofrida na prisão. Tais sequelas se tornaram mais profundas com o exílio, já que este implicava o afastamento do país, das pessoas com quem convivia, da possibilidade de fazer algo concreto pelo projeto revolucionário. Essas condições também foram agravadas pela solidão do exílio e pelo ambiente muitas vezes hostil em que vivera. Dessa forma, como se reconhece atualmente, a jovem exilada tirou sua própria vida em decorrência do que sofrera durante a ditadura no Brasil.

Diante do apresentado neste trabalho, é possível notar que a suposição proposta se mostra válida: Os exílios políticos que ocorreram durante a ditadura militar no Brasil tiveram o intuito, e o atingiram, de causar uma ruptura entre o que estava sendo desenvolvido pelos exilados, antes de o serem, e o país.

Nota-se isso pela maneira como os três exilados, e boa parte da totalidade de exilados políticos, não conseguiram influenciar ou dar continuidade ao que anteriormente era desenvolvido no Brasil - o que no caso de Darcy seria seu plano reformista iniciado no governo de Jango; no de Márcio, sua atuação política oposicionista ao regime; e no caso de Dora, sua militância.

Afora o rompimento da atuação e do destaque político, o exílio também promoveu rupturas de laços pessoais, com sua expressão máxima na separação do casal Dora e Antônio Roberto, com a prisão deles seguida do exílio dela.

Observa-se que o momento quando os exilados se percebem nesta condição e mais sofrem com ela é justamente o momento em que compreendem que não são mais capazes de influir no que acontece no Brasil. E é exatamente

nesta ocasião em que o exílio cumpre a sua função, que é de afastar o indivíduo da convivência social, sem que seja preciso matá-lo ou prendê-lo.

As observações feitas sobre os três exilados políticos acima expostas permitem que se compreenda também, como suposto, que os exilados estudados encaravam os países que os acolheram como países “hospedeiros”. Todos os três entendiam o exílio como uma realidade temporária e, não só acreditavam, como esperavam em um dia voltarem a viver no Brasil. Tinham saudades da pátria e viviam desejosos de regressar a ela.

Com isso, entende-se que, apesar de ter havido adaptação, no sentido de que todos se relacionaram e desenvolveram projetos nos novos países, os exilados estudados não fincaram raízes definitivas nos lugares onde passaram a viver. Essa percepção é reforçada pelo fato dos três terem passado por diferentes países, sem fixarem-se em nenhum de forma terminante.

Sobre o problema levantado inicialmente no trabalho, é possível notar que a interrupção da vida no país de origem teve mais peso, ou relevância na vida dos exilados que a integração nos países de acolhimento. Essa comprovação se embasa no fato de que em nenhum dos casos estudados houve uma integração perfeita do exilado. Tampouco houve um país onde qualquer um deles tenha se fixado em definitivo.

O exilado não consegue deixar de ser um estrangeiro no país em que passa a viver. Mesmo em ambientes onde muitos deles foram bem recebidos e tiveram boa adaptação, como no Chile após o ano de 1968, o exilado não vive na nova comunidade como um integrante desta. Isto é sugerido pela dificuldade com a documentação, complicações diplomáticas, falta de segurança financeira, baixa fixidez aos novos países.

Os exilados não se adaptaram aos países de acolhimento por causa do sentimento de pertencimento à comunidade de origem. A falta de integração ocorreu pelas profundas identidade nacional e cultural referentes à terra natal.

Entretanto, é possível notar com os três estudos de caso que o exílio proporcionou uma nova perspectiva identitária aos brasileiros desterrados. Vivendo nos países vizinhos ao Brasil, os exilados puderam conceber uma identidade ainda desconhecida para eles – a identidade latino-americana.

Darcy, Márcio e Dora abriram seus horizontes e passaram a enxergar suas identidades em uma perspectiva macro. Passaram a entender que o Brasil,

que aparentemente se mostrava apartado dos países vizinhos, se inseria no contexto latino e tinha mais similaridades que diferenças em suas trajetórias.

Não que os três exilados tenham abandonado suas auto percepções como brasileiro – isso não se deu, pois, como colocado anteriormente, os exilados continuavam com a mente voltada para o Brasil – mas apenas que eles passaram a vincular a identidade nacional e cultural a outra mais ampla: a identidade latino-americana geral. Houve uma adaptação na estratégia simbólica de referencialidade, a qual passou a voltar-se para o novo contexto vivenciado.

Conforme o exposto no trabalho, é possível compreender que as causas para a integração incompleta dos exilados são o sentimento de pertencimento à terra natal, que se sobrepunha ao mesmo sentimento referente ao país acolhedor e, principalmente, o fato de que os exilados tinham planos políticos para o Brasil.

Os laços entre os três exilados e o Brasil permaneciam fortes porque todos visavam empreender mudanças no país, que não foram possíveis devido ao afastamento espacial, mas que esperavam ser possíveis quando pudessem regressar ao país.

Dessa forma, fica claro que eles foram exilados porque se tratavam de pessoas politizadas, mas que permaneciam vinculadas ao país exatamente pelo mesmo motivo. Todo exílio configura uma tentativa de rompimento com uma ideologia. No entanto, a privação da terra de origem acarreta na maior fidelidade a esta por parte das pessoas que foram exiladas.

10. REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel. (orgs), (1984). Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro pós1930 (2ª Edição). Rio de Janeiro: FGV (verbete: Márcio Moreira Alves).
- BARRENECHE-CORRALES, Johana. O método autobiográfico e a pesquisa social, Testemunhos e histórias de vida. In: SIMPÓSIO SOBRE GÊNERO, DIREITO E PSICANÁLISE, 50. 2008, Florianópolis.
- BOEHS, Carlos Gabriel Eggert; MAFFEZZOLLI, Eliane Cristine Francisco. Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. Revista da FAE, Curitiba, vol. 11, n. 1, p.95-110, jan./jun. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. Por uma Ciência das obras. In: Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. p. 53-89.
- CARVALHO, Luis Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. 1ª Edição. São Paulo: Editora Globo, 1998. 484 p.
- CARVALHO, Vladimir. Barra 68: sem perder a ternura. [Filme-vídeo]. Produção de Folkino, Vertovisão, Editora UnB, Universidade de Brasília, direção de Vladimir Carvalho. Brasília, Universidade de Brasília. DVD, 82 min. color. son.
- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino. Memórias do exílio: Brasil 1964-1977. 1ª Edição. São Paulo: Livraria Livramento LTDA, 1976. 371 p.
- CHASKEL, Pedro; SANZ, Luiz Alberto. No es hora de llorar. [Filme-vídeo]. Produção de Pedro Chaskel e Luis Alberto Sanz, direção de Pedro Chaskel e Luis Alberto Sanz. Chile, 1971. 37 min, color. son.
- COELHO, Haydée Ribeiro. Darcy Ribeiro. 1ª Edição. Belo Horizonte: Centro de Estudo Literários da UFMG, 1997. 192 p.
- COELHO, Haydée Ribeiro. O exílio de Darcy Ribeiro no Uruguai. Aletria, Belo Horizonte: Faculdade de Letras - UFMG, n. 9, p. 211-225, dez.2002.
- Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à memória e à verdade. 2ª Edição. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008. 499 p.
- COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma; MORAES, Maria Teresa Porciuncula. Memórias das mulheres do exílio. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980. 439 p.
- DEBRUN, Michel. A identidade nacional brasileira. Estudos avançados v.4. São Paulo. 1990.
- Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. **Márcio Moreira Alves**. Márcio Moreira Alves. Disponível em: <<http://www.marciomoreiraalves.com/>>. Acesso em: 16 maio. 2013.
- DINES, Alberto; FERNANDES, Florestan Junior; SALOMÃO, Nelma. Histórias do Poder: 100 anos de política na Brasil. 1ª Edição. São Paulo, 34, 2000. 405 p. v II.
- DRESSEL, Heinz. **In Memoriam Maria Auxiliadora Lara Barcelos**. Menschenrechte. Disponível em: <<http://www.menschenrechte.org/lang/en/lateinamerika/maria-auxiliadora-barcelos-lara>>. Acesso em: maio. 2014.

- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, 2004.
- FRAGA, Plínio. **Infância Bandida**. *Revista Zum*. Disponível em <<http://revistazum.com.br/revista-zum-3/infancia-banida/>>. Acesso em 16 maio. 2014.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 213 p.
- GARCIA, Miliandre. Desarquivando a ditadura. *Estudos avançados*, São Paulo, v.25, n.71,. 2011.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- _____. *A ditadura desmascarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003c.
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002d.
- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na vida cotidiana*. 18ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2011. 231 p.
- Grupo Tortura Nunca Mais. **Mortes no exílio**. *Tortura Nunca mais – RJ*. Disponível em: <www.torturanuncamais-rj.org.br> <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/dossie-mortos-desaparecidos/mortes-no-exilio/>> Acesso em: 16 maio. 2014.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102p.
- LANDAU, Saul; WEXLER, Haskell. *Brazil – a report on torture*. [Filme-vídeo]. Produção de Lorraine Hess, direção de Hannah Eaves. Estados Unidos, 1971. 60 min. color. son.
- LEMOINE, Patrick. *Droit d’asiles*. 1ª Edição. Paris: Edition Odile Jacob. 329 p
- MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979. 129 p.
- MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes. *Orvil: Tentativas de tomada do poder*. 1ª Edição. São Paulo: Schoba, 2012. 924 p.
- MATTOS, André Luis Lopes Borges. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)* 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2007.
- MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 3ª Edição. São Paulo: Geração Editorial, 2011. 634 p.
- OTAVIO, C. **As histórias de Beto e Dodora**. *Memórias Reveladas*. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=523&sid=5>>. Acesso em: 16 maio. 2014.
- PALMAR, Aluizio. **Programa da vanguarda revolucionária palmares**. *Documentos Revelados*. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/var>>

- palmares /programa-da-vanguarda-revolucionaria-palmares-texto-completo/>. Acesso em: 16 maio. 2014.
- QUEIROZ, Maria José. Os Males da Ausência: ou a literatura do exílio. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 714 p.
- RIBEIRO, Darcy. (Org.). Darcy Ribeiro: Golpe e Exílio. Coleção Darcy no bolso. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Batel, 2010. 105 p.
- ROLLEMBERG, Denise. Exílio. Refazendo identidades. Revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, v. 2, p. 39-73, 1999a.
- _____. Exílio: entre raízes e radares. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1999b. 368 p.
- RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. Dados, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010.
- ROUSSEFF, Dilma. **Íntegra do discurso de Dilma Rousseff no congresso do PT.** Revista Eletrônica Tempo Presente. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5306:integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-no-congresso-do-pt&catid=60:docs-historicos&Itemid=130>. Acesso em: 03 julho. 2014.
- SILVA, Juremir Machado. Golpe Midiático Civil Militar. 1ª Edição. Porto Alegre: Sulina. 2014. 159 p.
- SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In Velho, O. G. (Org.). O Fenômeno Urbano. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 10-25.
- SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In. Simmes. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- TELES, Cecília Macdowell Santos Edson; TELES, Janaína de Almeida. Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil. 1ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2009. v. 1, 333 p.
- _____. Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil. 1ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2009. v. 2, 591 p.

ANEXOS

		Pág.
Anexo I	Darcy Ribeiro	91
Anexo II	Márcio Moreira Alves	92
Anexo III	Maria Auxiliadora Lara Barcelos	93



Figura 1 - 1947. Darcy pintado pelos Kadiwéu. [Fonte: Coelho, H. R., 1997]



Figura 2 - 1963. Darcy Ribeiro, ministro da Casa Civil, com o presidente João Goulart na ocasião da entrega ao Congresso Nacional do Projeto das Reformas de Base. [Fonte: Coelho, H. R., 1997]



Figura 3 - Outubro/1968. Darcy a abraça sua mãe, Dona Fininha, ao voltar do exílio. [Fonte: Coelho, H. R., 1997]



Figura 4 - Fevereiro/1960. Em Cuba, com o Ministro da Fazenda Che Guevara, o escritor Rubem Braga e o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros.
[Fonte: www.marciomoreiraalves.com; acesso em 16 maio de 2014]



Figura 5 - 2002. Visitando Havana, com a família cubana que conheceu no exílio.
[Fonte: www.marciomoreiraalves.com; acesso em 16 maio de 2014]



Figura 6 - Setembro/1979. Retorno ao Brasil, beneficiado pela Lei da Anistia.
[Fonte: www.marciomoreiraalves.com; acesso em 16 maio de 2014]

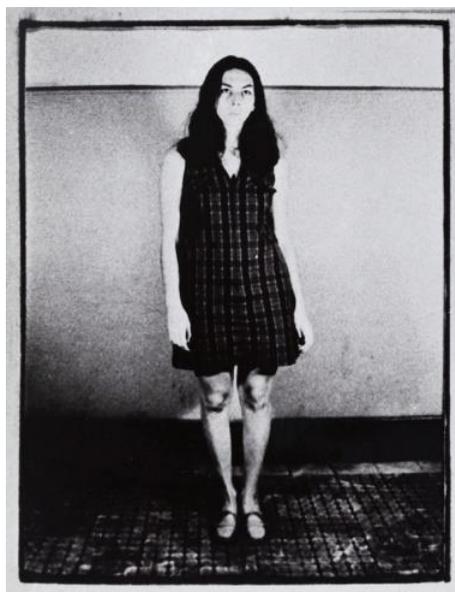


Figura 7 - 1971. Maria Auxiliadora, exilada no Chile.
[Fonte: www.revistazum.com.br; acesso em 16 de maio de 2014]



Figura 8 - 1971. Dora no documentário “Brazil: a report on torture”, exilada no Chile.
[Fonte: Landau, S; Wexler, H. 1971]



Figura 9 - 1971. No documentário “Brazil: a report on torture”, exilada no Chile.
[Fonte: Landau, S; Wexler, H. 1971]